

A P R A D I U R A Z A S E R
N L G Ç E O I O M P O N L A
R S A T G F C M O L U G I R
I A P O L R T I C A C **B** D M
T I L S **P L A T A F O R M A**
G T G H A U M I D U D **A** D L
A G R **I** H C H D C F I **S** E S
P A A **D E M O C R Á T I C O**
L **S U S T E N T Á V E L** E I
U L O M E I D E N T I D E L
R U D I R G U S T E R A M A
A I E A L O I O H S F I M A
M A I E C G A R P I E D I P
T L N D I R C M L T A R U L
R D A T M G H A U M I D G U
A O M E I D E N T I N E L R
N D I H L O J A R R A M A A
S R E I A E D O R T I S D E
F I G A H P O R O J A G O H

A P R A D I U R A Z A S E R
N R T A N E M E L H O U N A
R O U N A C A O M P Q S A R
I T M A I O D O C R U T I M
T E I P N N E M P A A E D O
G Ç E O I O M P O N L N A L
A ã G L C M O L U G I T O S
P O L Í T I C A C I D A D ã
L S A T O A R T F B A B R I
U O L I G R A A E R D I T T
R C H C H D C F I A E L E G
A I E A L O I O H S D I M A
M A I E C G A R C I E D I P
T L S X A E T M U L V A E L
R D A T M G H A L M I D G U
A O M E I D E N T I D E L R
N D I R E N E D U C A Ç ã O
S R E N A E D O R T I S D E
F I G A H P O R A J A G O H



INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade foi fundado em 2009 com a missão de convergir e potencializar ideias e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21.

A missão, visão e objetivo geral do IDS estão refletidos em um conjunto de diretrizes e propostas organizadas na "Plataforma Brasil Democrático e Sustentável" <www.idsbrasil.net>, um canal de participação, agregação e valorização de iniciativas para a construção de uma nova visão de Brasil sob o prisma da democracia e da sustentabilidade.

A partir de sua primeira versão, disponibilizada pelo IDS em 2011, a Plataforma passou por intenso processo de revisão, aprofundamento e detalhamento, por meio de sistemas virtuais (intranet, chats, redes de discussão), pesquisas com referência bibliográfica, entrevistas com especialistas, mesas de diálogos, rodas de conversa abertas a convidados e seminários abertos ao público. Foram produzidos dezenas de documentos preparatórios, com diagnósticos e referências, sobre os diferentes temas e sínteses das discussões, disponibilizados a todos os participantes da rede de colaboradores e público em geral.

Esse processo propiciou a identificação de propostas de ação para todos os sete eixos e seus subeixos: Política cidadã

baseada em princípios e valores; Educação para a sociedade do conhecimento; Economia para uma sociedade sustentável; Proteção social: saúde, previdência e terceira geração de programas sociais; Qualidade de vida e segurança para todos os brasileiros; Cultura e fortalecimento da diversidade e Política externa para o século 21.

Em maio de 2014, as propostas sistematizadas pela equipe do IDS foram apresentadas a um fórum de colaboradores, durante o Seminário de Validação da Plataforma, ocorrido na cidade de São Paulo. Reiterando o processo colaborativo e de coautoria da informação, grupos de trabalho organizados por eixo estratégico revisaram as propostas e selecionaram as consideradas mais relevantes para os objetivos da Plataforma.

Ao final do Seminário, os participantes elencaram cinco Propostas Prioritárias para cada eixo e, por fim, selecionaram as Propostas de Prioridade Máxima – um conjunto de 15 propostas que traduzem a essência da Plataforma e foram consideradas, na atual conjuntura nacional, as que possuem maior potencial de contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado na democracia e na sustentabilidade.

Neste documento final, as Propostas de Prioridade Máxima para cada eixo são destacadas em primeiro lugar, com detalhamento de dados e informações de diagnóstico. Em seguida, são apresentadas as Propostas Prioritárias, cujos textos oferecem um panorama do tema e as justificativas das propostas, e, finalmente, as demais propostas da Plataforma recolhidas ao longo do processo.

É importante destacar que, apesar de cada eixo estratégico ter propostas específicas, todos se relacionam de maneira transversal. A mescla de cores e símbolos da logo da Plataforma busca demonstrar a profunda relação entre as partes que, integradas, constituem um sistema harmônico e completo.

Este projeto foi realizado com o apoio financeiro do Instituto Arapyaú.

Todas as informações reunidas durante esse trabalho estão sistematizadas e disponíveis para download gratuito no site do IDS, incluindo documentos e suas referências, imagens, gravações e diversos vídeos com entrevistas e análises de vários colaboradores.

Boa leitura!

IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade

CRÉDITOS

CONSELHO DIRETOR

Altair Assumpção
Gisela Moreau
João Paulo R. Capobianco (presidente)
Maria Alice Setubal
Maristela Bezerra Bernardo
Raimundo Sergio Barros Leitão
Ricardo Young

CONSELHO FISCAL

1. Alexandre de A. P. Correa
2. Paulo Afonso

ASSOCIADOS

1. Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto
2. Alexandre de Almeida Youssef
3. Alfredo Helio Sirkis
4. Alvaro Antonio Cardoso de Souza
5. Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
6. Anamaria Cristina Schindler
7. André Rodolfo de Lima
8. Bazileu Alves Margarido Neto

9. Carlos Alberto Ricardo
10. Carlos Antonio Rocha Vicente
11. Eduardo Giannetti da Fonseca
12. Eduardo Rombauer van den Bosch
13. Eduardo Viveiros de Castro
14. Eustáquio Luciano Zica (licenciado)
15. Gisela Maria Moreau
16. Guilherme Peirão Leal
17. João Paulo Ribeiro Capobianco
18. Jorge Luiz Numa Abrahão
19. José Adalberto Veríssimo
20. José Rubens Pereira Gomes
21. Luiz Eduardo Soares (licenciado)
22. Márcio José Brando Santilli
23. Maria Alice Setubal
24. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
25. Maristela Bezerra Bernardo
26. Muriel Saragoussi
27. Oded Grajew
28. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
29. Pedro Ivo de Souza Batista
30. Pedro Wilson Leitão Filho
31. Raimundo Sergio Barros Leitão
32. Ricardo Cavalieri Guimarães
33. Ricardo Young Silva
34. Roberto Isao Kishinami
35. Samyr Cury
36. Suzana Machado Pádua
37. Tasso Azevedo

EQUIPE EXECUTIVA

Coordenação de conteúdo:

Juliana Cassano Cibim

Analista sênior de conteúdo:

Fábio de Almeida Pinto

Equipe executiva de conteúdo e comunicação (2011-2014):

Adriano Calhau
Alexandra Reschke
André Rodolfo Lima
Bazileu Alves Margarido Neto
Carolina Stanisci
Daniela Ades
Eduardo Lazzari
Mariana Vilhena Bittencourt
Marcela Moraes
Marussia Whately
Stephanie Alexandra de Oliveira
Lorenz da Silva
Taís Lara
Thiago Almeida

Coordenação Administrativa e financeira:

Felipe Andreoli de Almeida Staniscia

Equipe executiva administrativa:

Marcia Rodrigues São José

Revisão final:

Daniela Ades e Juliana Cassano Cibim

Design:

Thaís Bellini

As pessoas mencionadas participaram dos projetos e dos eventos do IDS que serviram para subsidiar a atualização e o aprofundamento da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável entre os anos de 2011 e 2014. As participações foram voluntárias pela participação presencial nas rodas de conversa, via internet, por meio de entrevistas e elaboração de documentos/textos.¹

Apresentamos a seguir o histórico de eventos do IDS que levaram a esta publicação e os colaboradores envolvidos:

2011

- Evento Política 2.0 parte I
- Pesquisa qualitativa “Política Cidadã – Reflexões e Caminhos”
- Roda de Conversa: Um novo jeito de fazer política
- Pesquisa sobre “Um Novo Jeito de Fazer Política”
- Roda de Conversa com Otto Scharmer

1 NÃO FORAM INSERIDOS OS PARTICIPANTES DE OUTROS PROJETOS DO IDS, COMO O PROJETO FLORESTA FAZ A DIFERENÇA E VETA DILMA.

2012

- Evento Política 2.0 parte II
- Rodas de Conversa sobre Mobilidade (São Paulo e Brasília)
- Primaveras – diálogos sobre ativismo, democracia e sustentabilidade (em parceria com Página 22, Fora do Eixo, Outras Palavras e Matilha Cultural)
- Educar na cidade
- Roda de Conversa com Arun Gandhi – “Educar para a não violência e para a sustentabilidade: é possível?”
- Oficina de Consolidação do eixo Política Cidadã

2013

Rodas de Conversa sobre:

- Marco Civil da Internet
- Segurança
- A Cultura para a Sociedade
- Economia internacional, câmbio e competitividade
- Controle Social dos Gastos Públicos
- Energia limpa
- Saúde
- Acesso ao Patrimônio Genético
- Resíduos Sólidos
- Reforma do sistema político

- Mesa Redonda Análise da Conjuntura Política
- Territórios indígenas
- Desenvolvimento rural sustentável
- Agronegócio
- Mesa Redonda sobre Sistema Previdenciário
- Mesa Redonda de Economia

2014

Rodas de conversa sobre:

- Gestão, acesso e fomento a cultura
- Terceira Geração de Programas Sociais
- Infraestrutura para o Brasil
- Reforma Urbana
- Política Externa Brasileira
- Mineração
- Mudanças Climáticas

COLABORADORES – EXPOSITORES, MEDIADORES E ENTREVISTADOS:

Alessandro Molon
Alexandra Reschke
Alexandre de Ávila Gomide
Alfredo Sirkis
Amory Lovins
André Fernando Baniwa

André Lara Rezende
André Portela Souza
André Rodolfo de Lima
Arlison Favareto
Arun Gandhi
Bazileu Margarido
Bruno Werneck
Caio Magri
Camila Asano
Carla Mayumi
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Antônio Rocha Vicente
Carlos Nepomuceno
Carlos Rittl
Célio Turino
Cláudia Sousa Leitão
Claudio Weber Abramo
Cristiane de Moraes
Daniela Gomes Pinto
Eduardo Assad
Eduardo Felipe Matias
Eduardo Giannetti da Fonseca
Eduardo Saron
Eduardo Vasconcellos
Eduardo Viola
Eliana Cardoso
Eugênio Bucci
Fabrício Soler
Fernando Malta
Gilberto Natalini
Gina Rizpah Besen
Gisela Moreau
Giuseppe Cocco
Gonzalo Vecina Neto
Guilherme Boulos
João Alencar
João Paulo Capobianco
João Paulo Rodrigues
Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira
José Goldemberg
José Gustavo Fávoro Barbosa Silva

José Luiz Ratton
José Moroni
José Roberto Bellintani
Joseh Silva
Jovita José Rosa
Juliana Nolasco Ferreira
Larry Beeferman
Lilian Castro de Souza
Lucilene Prado
Luiz Eduardo Soares
Luiz Fernando Visconti
Luiz Gylvan Meira Filho
Luiz Mello
Manuela Carneiro
Marcelo Lomelino
Márcio Santili
Marcos Jank
Marcos Vinicius Campos
Maria Alice Setúbal
Maria Angélica Nucci Pereira
Maria Rosa Ravelli Abreu
Mariana Moreau
Marina Silva
Mario Bracco
Marta Maria Azevedo
Maurício Broinizi
Michael Nolan
Natalia Paiva
Nazareno Stanislaw Affonso
Neli de Mello-Théry
Nilson de Oliveira
Oswaldo dos Santos Lucon
Otto Scharmer
Pablo Ortellado
Patrícia Blauth
Paulina Chamorro
Pedro Leitão
Pedro Passos
Preto Zezé
Rafael Cunha Pinheiro Poço
Raquel Rolnik

Raul Telles do Vale
Renato Boareto
Renato Janine Ribeiro
Renato Sérgio de Lima
Ricardo Abramovay
Ricardo Baitelo
Ricardo Paes de Barros
Ricardo Voltolini
Ricardo Young
Roberto Antonio de Almeida Costa
Roberto Kishinami
Roberto Rodrigues
Rodrigo Lima
Ronaldo Lemos
Ronaldo Martins Alves
Ronei Alves
Samir Cury
Samuel Pessoa
Sérgio Leitão
Tadeu F. dos Santos
Tasso Azevedo
Tony Gross
Vladimir Safatle

**DEMAIS COLABORADORES
DA PLATAFORMA 2011
E DA ATUALIZAÇÃO
DA PLATAFORMA 2014:**

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto
Adriana O. Kfoury
Adriana Yanez
Alexandre de Almeida Prado Corrêa
Alexandre de Almeida Youssef
Alexandre Rodrigues Seixas
Alexandre Seixas
Alfredo Manevy
Aline Alegria
Alvaro Antonio Cardoso de Souza
Amabile Fernanda

Ana Arruda Callado
Ana Carolina Ayres
Ana Carolina Nunes
Ana Carolina Pekny
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
Ana Wilhelm
Anamaria Cristina Schindler
Andre Pessoa
André Urani
Andrea Bueno Buoro
Angela Danneman
Angelo Costa Gurgel
Antonio Donato Nobre
Antônio Leitão
Antonio Petcov
Arminda Jardim
Arthur Bragança de Vasconcellos
Weintraub
Beatriz Stuart Secaf
Bruno Masi
Caio Túlio Costa
Carlos Melo
Carlos Nobre
Carolina Stanisci
Cássio Martinho de Oliveira Soares
Catherina Godeghesi
Celso Athayde
Cesar Piva
Chico Whitaker
Ciro Salles Sobreira Pirajá
Claudemir Viana
Claudio Valladares Pádua
Dal Marcondes
Daniela Amarante Mendes Jank
Déborah Danowski
Dejanira Vicência
Denis Mizne
Diego Z. Bonomo
Dra. Tânia Martinez
Drica Guzzi
Eduardo Ehlers

Eduardo Lazzari
Eduardo Refinetti Guardia
Eduardo Viveiros de Castro
Elio Duzzi
Eustáquio Luciano Zica
Ezequiel Guimarães
Fabiana Toyama
Fábio de Castro
Fábio Feldmann
Felipe Taboada
Fernando Meirelles
Fernando Rossetti
Filippe Barros
Frei Beto
Gabriela Lotta
George Winnik
Gilberto Gil
Gilson Schwartz
Gisele Neuls
Guilherme Arbache
Guilherme Checco
Guilherme Coelho
Guillermo Parra-Bernal
Gustavo Junqueira
Gustavo Pinheiro
Hamilton Harley
Hermano Vianna
Isis de Palma
João Fernando Moura Viana
João Francisco Adrien
João Paulo Amaral
José Adalberto Veríssimo
José Carlos Carnevale Filho
José Cechin
José Eli da Veiga
José Ernesto Bologna
José Luiz Adeve (Cometa)
José Marcelo Zacchi
José Rubens Pereira Gomes
Julio Eduardo Gomes Pereira
Kaká Werá

Karina Ninni
Karla Battistella
Ladislav Dowbor
Laura Antoniazzi
Leandro Piquet
Leandro Souza
Lia Diskin
Luis Carlos Beduschi
Luís Flávio Sapori
Luiz Paulo Lima
Luiza Xavier
Marcio Bontempo
Marco Mroz
Marcos Rolim
Maria do Carmo Brant de Carvalho
Maria Fátima de Sousa
Mário Monzoni
Maristela Basso
Marussia Whately
Maura Campanili
Mauro Lopes
Mauro William Barbosa de Almeida
Monica Pilz Borba
Muriel Saragoussi
Nabil Georges Bonduki
Odair Lucietto
Oded Grajew
Orjan Olsen
Othon Henry Leonardos
Pablo Capilé
Paula Arantes
Paula Santoro
Paulo Afonso
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
Paulo Vodianitskaia
Pedro Ivo de Souza Batista
Pedro Piccolo
Plínio Ribeiro
Priscila Gonsales
Rachel Biderman
Raquel Souza

Renata M. C. de Queiroz Telles
Ricardo Carvalho
Ricardo Ubiraci Sennes
Rita Mendonça
Roberto Klabin
Roberto Perosa
Rodrigo Hisgail
Salo V. Coslovsky
Samira Bueno
Sheila Ceccon
Silvio Caccia Bava
Soninha Francine
Stephanie Alexandra de Oliveira
Lorenz da Silva
Suzel Figueiredo
Taís Lara
Tatiana Silva Capitano
Tatiane Klein
Thaís Herrero
Thiago Feijão
Valéria Ricomini
Vera Nisaka Solferini
Washington Novaes

**PARTICIPANTES DO
SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO
DA PLATAFORMA
(09/05/2014):**

Adriano Calhau
Alexandra Reschke
Alfredo Helio Sirkis
Alvaro Machado Dias
Amália Safatle
André Rodolfo Lima
André Villas Bôas
Aron Belinky
Bazileu Alves Margarido Neto

Caio Magri
Carlos Alberto Ricardo
Daniela Ades
Eduardo Felipe Matias
Eduardo Rombauer van den Bosch
Eduardo Viola
Fábio de Almeida Pinto
Felipe Andreoli de Almeida Staniscia
Fernando Malta
Gisela Maria Moreau
Guilherme Peirão Leal
João Paulo Ribeiro Capobianco
Jorge Luiz Numa Abrahão
José Gustavo Fávoro Barbosa Silva
Juliana Cassano Cibim
Marcela Moraes
Marcelo Furtado
Márcia Rodrigues São José
Marcos Vinícius Campos
Maria Alice Setubal
Maria José Furegato
Mariana Moreau
Mariana Vilhena Bittencourt
Marina Silva
Maristela Bezerra Bernardo
Marta Maria Azevedo
Marussia Whately
Paula Galeano
Rachel Trajber
Rafael Cunha Pinheiro Poço
Ricardo Cavalieri Guimarães
Ricardo Young Silva
Roberto Isao Kishinami
Suzana Campos Souza
Suzana Machado Pádua
Taís Almeida da Costa
Tasso Rezende Azevedo
Tony Gross

**COLABORADORES
INSTITUCIONAIS**

Parcerias institucionais:

CENPEC - Centro de Estudos
e Pesquisas em Educação, Cultura
e Ação Comunitária
Data4Good
FTS - Fundação Tide Setúbal
Greenpeace
IMAS - Instituto Marina Silva
Instituto Arapyaú de Educ. e Desenv.
Sustentável
Instituto Ethos de Empresas
e Responsabilidade Social
ISA - Instituto Socioambiental
RAPS - Rede de Ação Política pela
Sustentabilidade
Revista Página 22

Parcerias em eventos:

ANTP - Associação Nacional de
Transportes Públicos
Conectas Direitos Humanos
Fora do Eixo
Ideafix
IEMA - Instituto de Energia e Meio
Ambiente
IPF - Instituto Paulo Freire
Matilha Cultural
Movimento Nossa Brasília
Outras Palavras
POSTV
Rádio Eldorado
Rádio Estadão/ESPN
Rede Nossa São Paulo
SOS Mata Atlântica

1 GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS COMO PRINCIPAL VETOR DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento econômico deve estar fundamentado nas tecnologias de baixo carbono e na melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Estabelecer a gestão estratégica dos recursos naturais renováveis como base de todo processo de desenvolvimento do país, que deve ser orientado para atingir o objetivo de desmatamento zero de vegetação nativa primária e secundária, em estágio avançado de regeneração em todos os biomas brasileiros, ressalvadas situações de premente interesse público.

O BRASIL JÁ ELIMINOU¹:

- 88% da Mata Atlântica
- 54% da Caatinga
- 49% do Cerrado
- 54% do Pampa
- 20% da Amazônia
- 15% do Pantanal





O Brasil tem **516 milhões** de hectares entre florestas nativas (509 mi ha) e florestas plantadas (7,2 mi ha), que representam 60% do território nacional

Entre 2002 e 2008 foram eliminados anualmente cerca de **23,5 mil km²** de vegetação nativa, sendo o bioma do Cerrado o mais impactado²



97% do desmatamento ocorreu para conversão em pastagens e agricultura



Contrassenso: Brasil possui cerca de **50 milhões** de hectares de áreas desmatadas abandonadas ou utilizadas com baixa produtividade

Do total das florestas brasileiras, menos de **3%** são efetivamente manejadas para produção florestal

O Brasil possui o maior número de unidades de conservação em relação aos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Costa Rica, Argentina, México e África do Sul, mas é o que menos arrecada com atividades de **visitação e turismo**

consequências disso

O Brasil está perdendo seu patrimônio natural e sua biodiversidade sem considerar todo o potencial dos serviços ecossistêmicos que podem integrar um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

o que fazer para mudar essa situação

Reforçar os instrumentos econômicos de transição a uma economia de baixo carbono, baseada em fontes renováveis de energia, economia criativa, uso sustentável de recursos naturais e oportunidades inovadoras de combate à desigualdade social.

como?

- Formalização e implantação dos mercados de pagamentos por serviços ambientais, tais com o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) e as Cotas de Reserva Ambiental, já previstos na legislação brasileira.
- Reforma tributária verde, com incentivos a produtos e processos produtivos sustentáveis, indústrias e empregos verdes, empreendedorismo social. Anulação de todos os subsídios para indústrias intensas em emissões de gases de efeito estufa (GEEs).
- Promoção do turismo sustentável em Unidades de Conservação, com capitalização e retorno para investimentos em sua conservação.
- Aumento de concessões florestais na região Amazônica, sendo uma área de 2,8 milhões de hectares para concessão na região o potencial estimado pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2014, segundo o Plano Anual de Outorga Florestal.³

¹ INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IBGE, 2012.

² RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IBGE, 2012.

³ SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. NOTÍCIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014.

2 POLÍTICA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL, EFICIENTE E DIVERSIFICADA

O Brasil deve ter uma matriz energética fundamentada na diversificação de fontes renováveis, garantindo, ao mesmo tempo, segurança energética e baixas emissões de gases de efeito estufa – GEES.

Criar uma política nacional energética que contemple: eficiência energética, redução do consumo, diversificação da matriz, transformação das empresas distribuidoras de energia em empresas de serviços de energia.

Em 2013, o setor de transportes foi o segundo maior setor em consumo de energia (32%), atrás apenas do setor industrial (33,9%)¹

EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA – GG CO₂EQ (MILHARES DE TONELADAS)²

Agropecuária		437.226
Energia		399.302
Florestas		279.163
Processos industriais		82.048
Resíduos		48.737
Total		1.246.477

¹ E 3 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL: RELATÓRIO FINAL. 2014.

² MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. RELATÓRIO ESTIMATIVAS ANUAIS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO BRASIL. 2013.

⁴ RELATÓRIO CLIMATESCOPE 2013 – BID AND BLOOMERG NEW ENERGY FINANCE).

⁵ BANCO DE INFORMAÇÕES DE GERAÇÃO (BIG). AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. 2014.

⁶ SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA.



O principal consumo de combustível é o **óleo diesel** (46,2%) e a gasolina automotiva (29,3). Biocombustíveis como o álcool etílico e o biodiesel representam 14,3% e 2,4%, respectivamente, do consumo³

O Brasil foi considerado pelo segundo ano consecutivo como o mercado mais **atrativo** em toda América Latina para Investimentos em Baixo Carbono⁴

MATRIZES DE ENERGIA ELÉTRICA⁵

Hidro		63,02%
Gás		10,32%
Biomassa		8,65%
Importação		5,89%
Petróleo		5,53%
Eólica		2,71%
Carvão mineral		2,44%
Nuclear		1,44%
Fotovoltaica		0%

consequências disso

O setor de Energia foi o que teve maior crescimento em suas emissões, de 126%, entre 1990 e 2012. O principal responsável por esse aumento expressivo no setor energético é o Transporte, que teve aumento de 143% nas suas emissões em 12 anos⁶.

o que fazer para mudar essa situação

Investimento em tecnologias de fontes renováveis, geração distribuída e *smart grids*, além de incentivos para redução do consumo e garantia de maior competitividade.

como?

- Incorporar os impactos ambientais e sociais aos custos da energia, a fim de demonstrar os preços da geração de energia e priorizar sistemas e usinas de energias renováveis no acesso à rede elétrica.
- Estabelecer um marco regulatório para o desenvolvimento de novas formas de energia renovável considerando incentivos para essa implementação.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Promover ajustes na política econômica que aumentem a produtividade e a competitividade do país no mercado externo, a partir de reformas no sistema tributário e fiscal e da adoção de políticas industriais e educacionais, estimulando a poupança de longo prazo e viabilizando os investimentos em infraestrutura, respeitando cláusulas contratuais.

produtividade
competitividade

Metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, administrando as políticas fiscal, monetária e cambial para garantir o equilíbrio interno e externo, são requisitos de um desenvolvimento sustentável. Na ausência de uma coordenação adequada entre política fiscal e monetária, a segunda fica sobrecarregada e os custos em termos de produto e emprego serão maiores ao longo do tempo.

O novo contexto da economia internacional soma-se à tentativa anunciada de implantação de uma “nova matriz de política econômica”. Pensando no tripé câmbio-inflação-taxa de juros, foi implantada uma política monetária muito expansionista, ao contrário da política de geração de superávit real que marcou o período 2002-2006. Em relação ao câmbio, o governo passou a se comprometer, embora não explicitamente, com certo controle do patamar cambial, pressionado por alguns setores da indústria prejudicados pela valorização do real, chegando, inclusive, a adotar o controle de entrada de capitais.

O que há no Brasil é um **comportamento indefinido em relação à política macroeconômica**. É importante, neste cenário, **limitar os gastos públicos correntes à metade do PIB** (mantendo a possibilidade de política fiscal anticíclica nos momentos de retração econômica), **estimular a poupança de longo prazo e substituir a sucessão de programas extraordinários de anistia fiscal** (que se iniciou no âmbito federal com o Refis) por estratégias mais sólidas de recuperação de créditos tributários.

De forma complementar, devem ser investidos recursos e reformado o sistema educacional, capacitando nossos jovens a liderar processos de inovação, em sinergia com maior envolvimento acadêmico e das organizações privadas.

O objetivo é **manter a estrutura de sustentação da política macroeconômica e reduzir o nível de endividamento do setor público**.

4

Criar políticas efetivas de compras públicas sustentáveis

L S O C I
E M A R C
Q C 0, 1 %
O R D A N
I A O M E
S J F A T
O L S O F
E R L A G

É A PORCENTAGEM QUE AS COMPRAS SUSTENTÁVEIS REPRESENTAM NO TOTAL GASTO EM CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

As compras públicas¹ no Brasil, em 2012, movimentaram R\$ 72,6 bilhões na aquisição de bens e serviços². A administração pública é, portanto, um potencial catalisador da ampliação de padrões sustentáveis de produção no país.

A Emenda Constitucional nº 42/2003 foi de fundamental importância da consolidação deste conceito no país. Segundo a nova redação dada por tal Emenda ao Inciso VI do Artigo 170 da Constituição Federal, a ordem econômica deve, entre outros princípios, prezar pela defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Até mesmo a Lei Federal nº 8.666/1993, que dita as regras para licitações e contratos da Administração Pública, e é frequentemente criticada por centrar-se excessivamente no critério de menor custo em detrimento de fatores qualitativos, sofreu alteração através da Lei Federal nº 12.349/2010. Essa alteração promoveu a inserção da ideia do desenvolvimento sustentável, obtido a partir da realização de **licitações sustentáveis**. A Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se aprofunda no tema, indicando **a forma de aplicação e os critérios que norteiam as compras sustentáveis para obras públicas e aquisição de bens e serviços**.

Ainda assim, **as compras sustentáveis representam apenas 0,1% do total gasto em contratações pelos órgãos da administração pública no Brasil em 2012**. O país, a partir de suas ações, deve mostrar coerência com tais princípios, **induzindo moralmente e economicamente os demais agentes econômicos**.

¹ COMPRAS GOVERNAMENTAIS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

² MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2013.

Promover o Sistema Rural Integrado, contemplando a lavoura, pecuária e floresta, articulando agroindústria e agricultura.

O agronegócio responde por 23% do PIB nacional¹. Os ganhos de produtividade ao longo das últimas décadas, impulsionados pela atuação da Embrapa e pela abertura de frentes agrícolas em regiões que exigem novas técnicas produtivas, contribuíram para que o setor se tornasse referência internacional. Seu impacto é também relevante para o equilíbrio da balança comercial e das contas públicas, além de empregar parcela relevante da população economicamente ativa.

Nesse cenário, o desafio do agronegócio é conduzir estrategicamente o crescimento pelo ganho de produtividade aliada à conservação, ao uso racional e à restauração dos recursos naturais, incluindo o desmatamento zero, a redução do uso de agroquímicos e com foco em segurança alimentar e energética.

A estratégia de unir a conservação ambiental ao ganho com produtividade permitirá intensificar o uso das áreas já ocupadas pela agropecuária, freando a expansão da fronteira agrícola, principalmente na Amazônia e no Cerrado, por meio da racionalização do uso de insumos, promoção de técnicas de melhoria e conservação do solo, controle biológico e diversificação da produção. Com a melhoria técnica e tecnológica, a agropecuária brasileira não precisará avançar mais sobre novas áreas de floresta para intensificar sua produtividade, evitando, assim, a perda de biodiversidade e as elevadas taxas de desmatamento.

Uma das prioridades são a recuperação e a revitalização da produção de biocombustíveis, para que voltem a ser competitivos no mercado de combustíveis, a despeito das políticas de controle de preço da gasolina e incentivos a combustíveis fósseis.

A agroindústria da cana de açúcar, para produção de etanol, açúcar e de bioeletricidade deve ser estimulada por meio de uma política específica, associada à implementação

de programas de certificação socioambiental, para que ocorra de forma social e ambientalmente sustentável. Isso assegurará crescimento econômico para o setor com a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Outro impacto ambiental de grande escala que deve ser minimizado para garantir ao setor o desenvolvimento sustentável é o uso de agrotóxicos no país. O Brasil é considerado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com 19% da produção mundial, o que equivale ao despejo de 1 bilhão de quilos de agroquímicos por ano no ambiente. O uso intensivo e crescente destes produtos tem impacto direto na saúde e segurança alimentar. Em 2011, foram registrados mais de 8 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil². A Anvisa identificou excessos de resíduos a níveis acima dos considerados adequados em 29%³ das amostras de alimentos avaliadas, no ano de 2012.

Todos os instrumentos de políticas públicas devem ser direcionados à desejável **conciliação entre produtividade, conservação e geração de renda de milhões de agricultores brasileiros.** Devem ser estruturados arranjos produtivos que incorporem a agricultura familiar como parte fundamental de sua cadeia. Os recursos do PRONAF devem ser alavancados, compatibilizando o valor destinado ao Plano Safra da Agricultura Familiar com aquele destinado ao agronegócio.

A transição para um modelo agropecuário sustentável pode ser impulsionada por algumas ações-chave, dentre as quais: (I) adoção de critérios socioambientais na concessão de qualquer tipo de financiamento do setor; (II) criação de incentivos tributários a produtores que conciliem suas atividades produtivas com a preservação dos fluxos ecossistêmicos no meio rural e com o desenvolvimento social; (III) garantia de acesso ao seguro rural a produtores que descartam o uso de fertilizantes químicos e promovem a preservação dos processos biológicos na região; e (IV) criação de mercados de ativos ambientais, como reduções de emissões ou Cotas de Reserva Ambiental, previstas legalmente, porém carentes de regulamentação.

¹ PROJEÇÕES DO AGRONEGÓCIO : BRASIL 2012/2013 A 2022/2023. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. 2013.

² MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2011. ³ AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS. 2012.

DEMAIS PROPOSTAS

APOIO À INOVAÇÃO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Promover a inovação a partir do conhecimento e da valoração dos ativos ambientais e culturais, assumindo posição de vanguarda para propagação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável que considere o pagamento por serviços ecossistêmicos como instrumento de conservação socioambiental.
- Vincular incentivos tributários, creditícios ou regulatórios às indústrias, e a suas efetivas contribuições, para transição para uma economia de baixo carbono.
- Implementar incentivos tributários para os setores de mudanças climáticas, resíduos sólidos, conservação florestal e recursos hídricos, conforme previstos na legislação vigente.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS E CONSUMO RESPONSÁVEL

- Exigir, segundo critérios de importância econômica e atividade, adoção de princípios e declaração de indicadores de sustentabilidade para as empresas, envolvendo não somente seus processos e produtos, mas também ações sustentáveis das cadeias produtivas que integram.
- Definir novos parâmetros de atuação do setor financeiro, incorporando variáveis socioambientais nas decisões de concessão de crédito. Bancos públicos de fomento devem ter taxas diferenciadas atendendo aos critérios de sustentabilidade, bem como linhas de crédito subsidiadas para adaptação e/ou conversão de negócios que tenham impactos socioambientais positivos.

INFRAESTRUTURA E ENERGIA LIMPA

- Priorizar, nos sistemas de transporte, ferrovias, hidrovias e sistemas híbridos, combinando biocombustíveis e eletricidade.
- Preparar tecnicamente os municípios para se adaptarem às novas legislações que incentivam a participação de investimentos privados no setor de energia.
- Condicionar os novos aproveitamentos hidroelétricos, em todo o território nacional, à efetiva avaliação socioambiental estratégica de forma transparente e participativa.

- Eliminar dos Planos Decenais as termoelétricas movidas a óleo diesel ou carvão mineral, bem como as novas usinas nucleares, ainda não autorizadas pelo Congresso Nacional.
- Incentivar a otimização da demanda de eletricidade, incluindo a adoção de equipamentos e sistemas mais eficientes, bem como a conscientização e a mobilização da população sobre a necessidade de conservação de energia.
- Adotar instrumentos de natureza financeira e tributária, bem como os que privilegiem as novas tecnologias de gestão das malhas de transmissão e distribuição de energia elétrica – conhecidas como "smart grid" – favorecendo, assim, a introdução das diferentes fontes de geração de energia e diversificando a economia energética.
- Promover de forma imediata uma virada de rumo para uma economia energética de baixo carbono, usando tecnologias conhecidas e com busca de resultados superiores àqueles que seriam obtidos com o *business as usual*, em termos financeiros, sociais e climáticos.
- Garantir que o setor energético implemente um planejamento de médio e longo prazo que privilegie novas tecnologias, energia limpa e eficiência energética no uso final.
- Incentivar de forma intensa os investimentos em inovação no setor energético, por exemplo, a redução de custos de novas tecnologias como as usadas para gerar energia solar e oceânica, bem como a implantação em larga escala de *smart grids*. Esses são elementos chave para a sustentabilidade energética de longo prazo. A tecnologia que captura e armazena carbono também pode representar importante contribuição.
- Promover a combinação de diferentes fontes de energia renováveis, aliadas à geração distribuída, a fim de prover o Brasil de segurança no abastecimento energético, assegurando menor custo.
- Implementar incentivos consistentes à eficiência energética e redução do consumo pelos consumidores finais.
- Retomar o estímulo à produção e consumo de biocombustíveis pela eliminação dos subsídios diretos e indiretos aos combustíveis fósseis.
- Garantir os meios para o aproveitamento da energia advinda da biomassa produzida nas usinas de açúcar e álcool, com objetivo de reduzir a pressão pela construção de novas hidrelétricas e evitar a utilização de

termoelétricas alimentadas por combustíveis fósseis.

- Redefinir o modelo de remuneração das distribuidoras, substituindo o atual cálculo de faturamento (apenas pela quantidade de energia consumida) por metas de eficiência no fornecimento e de redução de consumo.
- Garantir a estabilidade do setor elétrico para todos os atores, através do cumprimento de contratos e normalidade regulatória.
- Atuar no sentido de minimizar a pressão exercida pelo setor privado, evitando que prevaleçam interesses específicos e que desconsiderem os impactos no agravamento das mudanças climáticas e os custos implícitos ("*hiddencosts*") dos combustíveis fósseis, no desenvolvimento do setor elétrico.

GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, NÃO RENOVÁVEIS (MINÉRIOS) E DA BIODIVERSIDADE

- Complementar e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação de forma a atingir as metas de conservação em todos os biomas brasileiros e torná-lo um sistema gerador de riqueza pela expansão da visitação e promoção da pesquisa científica.
- Fortalecer a gestão compartilhada das águas de acordo com Política Nacional de Recursos Hídricos.
- Ratificar o Protocolo de Nagoya, que possibilita ao Brasil ter maior influência nas negociações do mecanismo multilateral a ser estabelecido no âmbito do Protocolo.
- Encaminhar prontamente o Protocolo de Nagoya e o marco legal brasileiro na questão do patrimônio genético, uma vez que são dois processos que podem andar em paralelo.
- Definir o papel do Estado na gestão do patrimônio genético e na repartição de benefícios.
- Promover o incentivo à pesquisa sobre biodiversidade, desburocratizando os processos de autorização e acesso ao patrimônio genético.
- Criar amplo sistema de dados que concentre todas as informações sobre pesquisas e acessos aos recursos genéticos que estão sendo realizados no Brasil, propiciando a efetiva gestão do conhecimento sobre recursos genéticos. Reunir o conhecimento científico e

tradicional acumulado em uma grande biblioteca digital contendo esse banco de dados.

- Apropriar, desenvolver e aplicar o Protocolo Comunitário com o objetivo de estabelecer boas práticas para alavancar a utilização de recursos da biodiversidade e a repartição de benefícios para as comunidades tradicionais do Brasil.
- Assumir a repartição de benefícios como um direito destinado à preservação e à conservação da biodiversidade, podendo ser classificado numa categoria de pagamento por serviço ambiental.
- Promover a criação de Câmaras de Negociação, com a finalidade de trazer para a discussão os diversos atores e alinhar os entendimentos entre os setores impactados pelo Protocolo de Nagoya e o marco legal brasileiro.
- Propor um marco legal que garanta o retorno financeiro gerado pelo mercado que, além de viabilizar o acesso e repartição de benefícios, realmente incentive e assegure a preservação contínua da biodiversidade e tenha como foco a inovação e o desenvolvimento tecnológico.
- Planejar e propor ações sobre a questão do conhecimento tradicional difuso. Essas ações devem considerar o debate sobre o percentual negociado diretamente com as comunidades e a especificidade de cada caso.
- Garantir a participação da sociedade civil na discussão do marco regulatório brasileiro sobre acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, bem como de temas correlatos.

AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

- Garantir os investimentos em infraestrutura e assegurar a implementação do marco legal específico para o setor logístico para que o desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio seja possível.
- Ratificar do Protocolo de Nagoya e concluir o processo legislativo para acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético e a respectiva repartição de benefícios.
- Garantir à agricultura familiar o acesso a terra e à tecnologia, por meio de políticas públicas ativas que viabilizem a reforma agrária sustentável.

1 NOVO SUJEITO POLÍTICO EXIGE A REFORMA DO SISTEMA

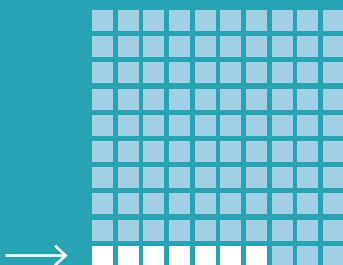
O novo sujeito político reivindica sua condição de protagonista e propõe o desafio de formular uma nova concepção de estado e de fazer política.

Reforma do sistema político com valorização da democracia participativa e direta.

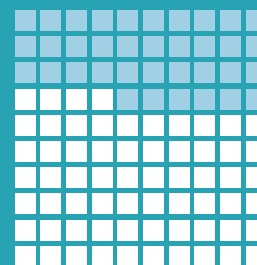
PODER DE INFLUÊNCIA DAS MAIORES DOADORAS – ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2010:

O Brasil tem um modelo de financiamento concentrado que privilegia pressão das maiores doadoras sobre os candidatos eleitos ¹

543 empresas fizeram doações superiores a R\$1.000 à campanha vitoriosa da presidente da República



70% das empresas que doaram mais de R\$ 1.000,00



Contribuíram com 64,4% do total arrecadado



O equivalente a R\$ 428,3 milhões

CONCENTRAÇÃO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2010

QTD DE EMPRESAS DOADORAS	712
VALOR TOTAL DOADO	R\$ 647.986.584
QTD DE MAIORES EMPRESAS DOADORAS	36
VALOR TOTAL DOADO PELAS MAIORES EMPRESAS DOADORAS	R\$ 401.373.000
PARCELA DAS MAIORES EMPRESAS DOADORAS EM %	61,9%

1 MENOR PRESENÇA DAS EMPRESAS NO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS: [HTTP://WWW.EXCELENCIAS.ORG.BR/DOCS/CUSTO_DO_VOTO.PDF](http://www.excelencias.org.br/docs/custo_do_voto.pdf)
[HTTP://WWW.EXCELENCIAS.ORG.BR/DOCS/FINANCA_DESIGUALDADE.PDF](http://www.excelencias.org.br/docs/financia_desigualdade.pdf) 2 ÍNDICE DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA (ICJBRAZIL), DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2012.



Nas manifestações de junho de 2013, evidenciou-se a **insatisfação** latente e difusa na sociedade brasileira



- baixa qualidade dos serviços públicos
- elevada carga tributária
- ausência de transparência na gestão pública
- corrupção
- impunidade
- desigualdade social
- apoio parlamentar aos governos através da distribuição de “pedaços” do Estado aos partidos políticos aliados

Apenas **5%** dos entrevistados disseram acreditar nos partidos políticos. É o menor percentual de confiança entre todas as instituições citadas pela pesquisa²

MARCOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR:

- Lei da Ficha Limpa e Marco Civil da Internet
- Vinte e seis anos após a promulgação da Constituição Federal, a Lei da Ficha Limpa foi apenas o quarto projeto de iniciativa popular a ser aprovado pelo Congresso. O número reduzido é reflexo da falta de participação da população na política, agravada pelo número reduzido de mecanismos que possibilitem que isso ocorra.

consequências disso

- Há situações em que as decisões no Congresso sobre temas fundamentais para o futuro do país não refletem a vontade popular. Um exemplo disso foi a mudança no Código Florestal.
- A atual institucionalidade não tem condição de dar respostas às transformações exigidas nas manifestações de junho de 2013. Existe uma insatisfação da população aos meios de comunicação e partidos que não parecem representar mais seus anseios e expectativas.
- Os sistemas de representação estão antiquados.
- O crescimento populacional e os avanços tecnológicos, por exemplo, mudam a dinâmica social e permitem o surgimento de um novo modelo de representação, descentralizado, que não se encaixa no que há atualmente.

o que fazer para mudar essa situação

Esse novo sujeito político, que reivindica sua condição de protagonista no processo político, coloca-nos o desafio de formular uma nova concepção de Estado e de fazer política, capaz de integrar em ações colaborativas essa forma aparentemente dispersa e fragmentada de comunicação e de construção de relações político-sociais.

como?

- Formular uma nova concepção de fazer política, capaz de integrar em ações colaborativas essa forma aparentemente dispersa e fragmentada de comunicação e de construção de relações político-sociais.

2 GESTÃO PÚBLICA INOVADORA E QUALIFICADA

O Estado precisa dispor de gestores treinados e capacitados para planejar, implementar e monitorar políticas públicas, em ambientes inovadores e de formação contínua.

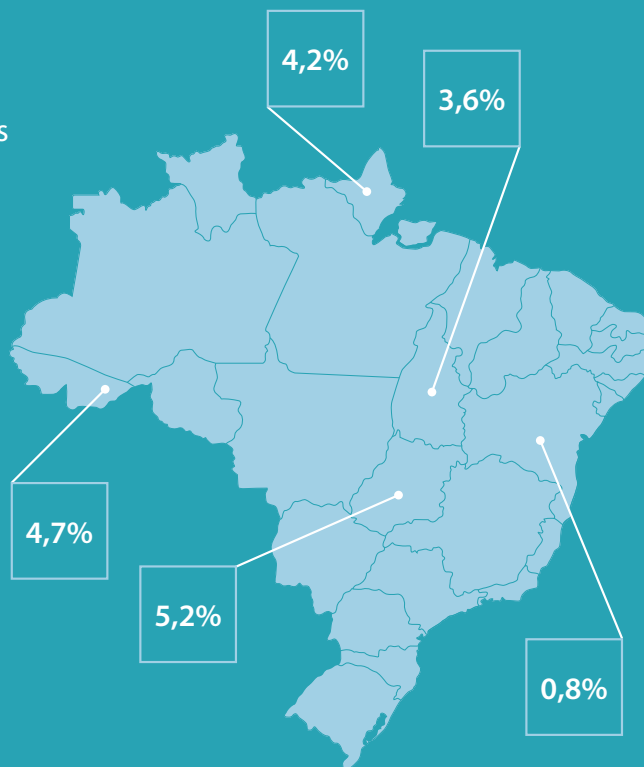
Reforma da gestão das instituições de Estado com adoção de:

1. práticas de gestão em rede;
2. cultura de inovação;
3. redução drástica do número de cargos comissionados.

CARGO COMISSIONADO

Cargos comissionados são aqueles de livre indicação e exoneração, que não exigem concurso público. Muitas vezes, podem ser utilizados para abrigar aliados e apadrinhados políticos. Os números demonstram que:

A unidade da federação em que o percentual de servidores comissionados é **mais alto** é o Distrito Federal, seguido pelo Acre, Amapá e por Tocantins. O **menor** percentual foi registrado na Bahia¹





Em 2013, o **Poder Executivo estadual** tinha 115, 8 mil comissionados²

Em 2013, o **Poder Executivo federal** tinha 22.692 comissionados



DE 2012 A 2013:



Na administração **direta** (secretarias estaduais), houve aumento de 12,3% na quantidade de comissionados



Na administração **indireta**, que considera autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, o crescimento foi de 3,9%



Levando os dois tipos de administração em conta, os governos dos estados criaram **10.386** cargos em um ano³

consequências disso

- Ineficiência da gestão pública.
- Incentivo à corrupção.
- Contratação por critérios políticos e não técnicos.

o que fazer para mudar essa situação

- Estimular a cultura de inovação na gestão pública e implementar a projeção de carreira por meritocracia.
- Reestruturar processos e fluxos para que a gestão seja informatizada, eficiente e com dados abertos.

como?

- Reduzir o número de cargos comissionados e estimular a profissionalização na administração pública.
- Ampliar o acesso aos mecanismos de controle social por meio de transparência, emprego intensivo de tecnologias de acesso à informação e facilitação do seu uso por parte dos cidadãos.
- Criar metas e indicadores para avaliar o alcance e o resultado das ações do governo visando a transparência e o controle social da gestão pública
- Criar cultura de inovação na gestão pública, através de redes de compartilhamento de práticas inovadoras.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Educação cidadã com ênfase no âmbito local, estimulando as pessoas à autogestão de espaços públicos e à participação na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

novas concepções
de aprendizagem
para educação cidadã

A educação cidadã se amplia na medida em que **questões fundamentais de paz, justiça, liberdade e cidadania** são entendidas e aplicadas em todo processo de ensino-aprendizagem, seja no âmbito formal ou não-formal. Ou seja, praticando estes valores dentro de sala de aula e também fora delas, em espaços públicos, por exemplo, promove-se uma aprendizagem focada no “aprender fazendo”, criando pontes entre o cotidiano e questões do mundo contemporâneo de forma a se construir uma escola viva.

Este pode ser **o alicerce para novos modos de organização das escolas e das demais instâncias educadoras da sociedade, induzindo até mesmo mudanças estruturais em várias esferas da sociedade.** Mudar as concepções de aprendizagens envolve ainda mudanças na organização das escolas e dos espaços educativos para se criar estruturas mais horizontais de modo a possibilitar as interações entre as pessoas, o compartilhamento de conhecimentos e o trabalho colaborativo.

A escola e os diversos espaços de aprendizagem podem ser centros irradiadores que possibilitem conexões e articulações de espaços e tempos educativos na rica diversidade dos territórios, cidades, regiões e culturas do Brasil. Centros que estimulem a participação na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

4

Refazer o pacto federativo,
de forma a promover:

- I) Desenvolvimento nacional integrado em todos os níveis;
- II) Municipalismo responsável e sustentável;
- III) Participação social.

O Estado federativo é formado por unidades territoriais autônomas que devem respeitar as competências determinadas pela Constituição Federal. Apesar da constituição destas subunidades políticas, todas devem responder ao poder central, composto por representantes de todas as subunidades.

A Constituição Federal (CF) de 1988 conferiu aos municípios o status de entes federativos com a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e conferiu competências administrativas, conforme versa o artigo 30.

Há necessidade de manter as unidades federativas respondendo à União e há necessidade por se ponderar as tendências centrífugas que se originam de uma sociedade tão diferente econômica e socialmente. Por isso, o federalismo brasileiro é necessário.

Não se pode negar que o pacto federativo brasileiro foi bem-sucedido em alguns de seus propósitos. No entanto, não se justifica a ausência de reflexão acerca das possibilidades de melhora e aperfeiçoamento deste pacto, mesmo no campo político. Pode-se observar que as deficiências mais latentes no pacto federativo vigente são as competências conjuntas, sendo a competência comum tratada no artigo 23 e a competência concorrente pelo artigo 24, ambas da Constituição Federal.

No texto da Carta Magna, não só se estabeleceu que a União, os estados e o Distrito Federal deveriam promulgar legislação sobre uma infinidade de matérias, bem como propor a execução de políticas públicas, municípios inclusos.

Assim sendo, o pacto federativo brasileiro peca ao legislar conjuntamente sobre quase tudo. A descentralização feita nestes moldes pode levar alguns municípios à insolvência, à dependência para com o poder central, à ineficiência e ao desperdício de recursos. Por isso, o deve-se o avanço na direção da descentralização, com os devidos cuidados e tendo em mente a disparidade econômica das regiões e municípios brasileiros.

O modelo do pacto federativo atual trouxe relativa descentralização, mas não de forma equânime, isto é, não conseguiu descentralizar todas as áreas estratégicas de políticas públicas, tampouco conseguiu que as regiões do país descentralizassem o controle dessas áreas na mesma

proporção. A desigualdade nas políticas sociais ocorreu tanto geograficamente, quanto de acordo com as áreas de políticas públicas.

Estas aparentes incongruências mostram a complexidade do tema e o número de variáveis que incidem sobre a descentralização de políticas sociais no Brasil.

Em relação à dimensão tributária e fiscal, municípios e estados, além de se preocuparem com os recursos fiscais e administrativos (dos quais dispõem para arcarem com a execução de políticas públicas), arcam com os custos e benefícios políticos e fiscais da opção da descentralização.

De várias maneiras, a CF de 1988 foi inédita. A União estabeleceu, unilateralmente, que os estados poderiam usar para a base do cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para uma série de segmentos da economia, outrora tributados pela União. Ela deu autonomia para as autoridades subnacionais legislarem sobre suas áreas de tributação exclusiva,

definiu grandes repasses obrigatórios e vinculou gastos nas áreas de educação, saúde e gastos com pessoal.

Neste cenário, a tributação no campo residual permaneceu com a União, mas por um lado, as transferências fiscais continuam mantendo a grande maioria dos municípios brasileiros em estreita dependência para com o Estado.

Num país com 5.564 municípios, caso a maioria deles dependesse de repasses da União, a pressão sobre este ente federativo seria tamanha que a descentralização ou a eficácia de políticas sociais seriam, inevitavelmente, comprometidas. Destaca-se que os municípios dependentes da União são, em sua maioria, agrários.

Assim, se a base tributária dos municípios aumentasse, eles teriam maior autonomia para definir suas legislações tributárias e como arrecadariam seus impostos. Portanto, essa dependência é um obstáculo para a descentralização de políticas sociais ou para o aperfeiçoamento e amadurecimento do pacto federativo brasileiro que tenha

por objetivo o municipalismo responsável e sustentável.

A reconfiguração das bases tributárias exclusivas sem a criação de novos impostos, conjugado com a necessidade de revisar as competências conjuntas, é algo que deve ser considerado e discutido futuramente. Este conjunto de medidas visa impactar sobre o sistema de barganha federativa que tende à centralização, considerando as especificidades econômicas da maior parte dos municípios brasileiros e o sistema tributário e fiscal.

Outra ferramenta muito importante para a descentralização das políticas sociais é a vinculação de gastos.

Na educação, por exemplo, a criação do Fundef, pela EC-14/96, estabeleceu que estados e municípios devem destinar 15% de seu orçamento no ensino fundamental. Observa-se, após a promulgação da lei, a evolução na descentralização ou municipalização do ensino em todas as regiões do país.

Logo, também deve ser discutida a possibilidade de vincular outros gastos aos orçamentos estaduais e

municipais. O mecanismo funciona, pois eleva os custos, na barganha federativa, da "não descentralização" das políticas sociais. No entanto, vale frisar que tal dispositivo deve ser utilizado com cautela ante o engessamento que gera no orçamento das autoridades subnacionais, podendo levar ao estrangulamento das finanças públicas dos governos subnacionais.

Outra proposta origina-se no reconhecimento de que medidas tomadas isoladamente não são capazes de aprofundar o pacto federativo atual. Isto porque, tendo em mente as disparidades econômicas brasileiras e a posição da União nesse pacto – ou seja, a União encontra-se num ténue equilíbrio entre sua condição de principal arrecadador, ao mesmo tempo em que o aumento de despesas significaria a ruptura deste equilíbrio – a saída não está nas relações verticais do Estado brasileiro. A alternativa é a reflexão acerca de **mecanismos, órgãos ou instâncias horizontais – leia-se,**

entre estados ou entre municípios – para a distribuição de recursos ou competências, de modo mais equânime e apropriado ante as limitações da grande maioria dos municípios brasileiros.

Evidente que para isso, instâncias conciliadoras teriam que ser criadas para solucionar os conflitos inerentes que emergirão – poder-se-ia discutir, inclusive, o papel do CONFAZ nesse quesito ou a revisão das matérias exclusivas do Senado federal, tendo em mente que esta é a casa legislativa representativa das autoridades subnacionais, algo particular às federações – tendo como objetivo principal estabelecer uma relação de interdependência entre esses entes.

Assim, **o novo pacto federativo é uma revisão, não uma refundação.** Preservam-se seus pontos positivos e sucessos para aprimorá-lo, basta, à sociedade civil, apoderar-se da informação essencial para tal finalidade fortalecendo, assim, a participação social.

O novo pacto federativo
é uma revisão,
não uma refundação

5

Tornar acessíveis aos cidadãos todas as informações relevantes sobre assuntos públicos, por meio de um sistema público integrado nos três níveis da administração, e outros meios abertos e inovadores de cooperação entre atores sociais e governamentais.

O uso da internet no Brasil aumenta a cada ano e, hoje, já é a maioria da população que possui acesso à rede (51,6%, em 2013, segundo o Banco Mundial). O país está em 37º lugar de 180 países¹ com maior população de nativos digitais², à frente de países como Alemanha e Japão, o que representa uma enorme oportunidade de inovação tecnológica. A participação democrática pela web também vem crescendo nas plataformas de discussão e pressão política, colocando o país na vanguarda de plataformas de participação cidadã online³.

Diante do contexto de crescente conexão, torna-se essencial incorporar estas inovações tecnológicas no poder público, de maneira integrada e acessível para a população.

Deve-se avançar na transparência das informações sobre execução orçamentária dos governos, garantindo a constante atualização dos dados, disponibilizando-os em

formato aberto, para que permitam o acompanhamento, verificação e interpretação da execução dos contratos e dos processos decisórios, inclusive dos conselhos de governo e agências reguladoras.

Mais do que abrir as informações sobre os gastos, dar transparência também aos critérios para definição de prioridades de investimento e oferecer à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos. É essencial capacitar a população para a leitura e compreensão destes dados.

Um exemplo do protagonismo da sociedade na criação de uma lei específica para o uso da internet foi o Marco Civil da Internet, Lei federal nº 12.965, sancionada em 23 de abril de 2014. A Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, assim como busca explorar o potencial que a internet e outras ferramentas digitais de comunicação têm para incrementar a participação democrática.

Três pontos centrais da legislação são: neutralidade da rede, liberdade de expressão e privacidade ao usuário.

Assim como a Lei de Acesso à Informação hoje representa um marco da transparência do Estado brasileiro, e a Ficha Limpa representou uma grande mobilização da sociedade civil em torno de melhorias na disputa política, **o Marco Civil da Internet tem como objetivo regular o potencial que a internet tem de qualificar a participação política dos cidadãos.** A intensificação e integração do uso de ferramentas digitais devem ter como objetivo aproximar representados de seus representantes e aumentar a cooperação entre atores sociais e governamentais. Para isso, deve-se avançar na inclusão digital e fazer com que o processo de construção colaborativa do Marco Civil se reflita na construção de outras legislações.

1 INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. "MEASURING THE INFORMATION SOCIETY". 2013. 2 JOVENS DE 15 A 24 ANOS QUE UTILIZAM A INTERNET HÁ PELO MENOS 5 ANOS. 3 FERRAMENTAS COLOCAM BRASIL NA VANGUARDA DA CIDADANIA ONLINE". O ESTADO DE S.PAULO. 31/08/2014.

DEMAIS PROPOSTAS

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO PÚBLICA

- Ampliar o acesso aos mecanismos de controle social, por meio de transparência, emprego intensivo de tecnologias de acesso à informação, bem como promover o acesso ao uso por parte dos cidadãos.
- Criar metas e indicadores para avaliar o alcance e o resultado das ações do governo visando à transparência e o controle social da gestão pública.
- Criar cultura de inovação na gestão pública, por meio de redes de compartilhamento de práticas inovadoras.
- Melhorar a qualidade da comunicação pública, incorporando a tecnologia digital e a linguagem de fácil compreensão e promovendo discussões, consultas públicas e participação ativa do cidadão.
- Incrementar o intercâmbio entre organismos de controle e fiscalização. E entre esses e a sociedade.

ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO DIGITAL

- Incentivar o empreendedorismo nacional na área de computação e criação de programas.
- Inserir no currículo básico do ensino fundamental noções de programação.
- Fazer com que o processo de construção colaborativa do Marco Civil se reflita na construção de outras legislações.

- Desenvolver uma política industrial que conceba a internet como um vetor de desenvolvimento socioeconômico.
- Incrementar a participação democrática dos cidadãos por meio da internet.
- Implantar um sistema público integrado de acompanhamento da implementação de políticas, programas e planos públicos nos três níveis da administração (municipal, estadual e federal).
- Difundir a regulamentação do Marco Civil da internet e ampliar o debate sobre a preservação do direito de informações pessoais sigilosas e proteção contra sua utilização indevida.

ESTIMULAR A PROFISSIONALIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Capacitar e treinar os gestores e analistas públicos para planejar, implementar e monitorar políticas públicas.
- Fortalecer o sistema de regulação no Brasil, em especial fortalecendo o papel das agências reguladoras já existentes.
- Proporcionar acesso à informação para a população em linguagem simplificada sobre seus representantes ou membros da administração pública. E estimular a fiscalização de suas ações.

1 MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E COM FOCO NA COLETIVIDADE

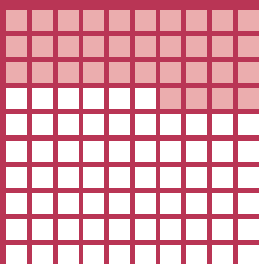
A mobilidade urbana é um dos pilares da acessibilidade por isso deve priorizar o transporte coletivo para assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida sadia.

Regulamentar sistema tarifário para repartir o custo do transporte coletivo com os usuários de veículos motorizados individuais e desonerar tributos sobre veículos híbridos, elétricos e não motorizados.

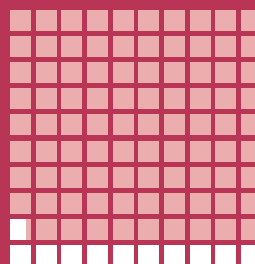
Mais de 70% das emissões de CO₂ geradas pelo setor de transportes no Brasil advém do transporte individual¹

Em 2012, houve um acréscimo de mais de 80 milhões de veículos no planeta, sendo que no Brasil esse acréscimo foi de mais 3,6 milhões

AUMENTO NO NÚMERO DE AUTOMÓVEIS X CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (NAS 15 METRÓPOLES BRASILEIRAS, DE 2001 A 2010)²



aumento de 66% no número de automóveis



a população cresceu por volta de 10,7%



A deseconomia resultante dos congestionamentos somente na cidade de São Paulo atinge **R\$ 12 bilhões³**

O governo brasileiro estabeleceu, nos últimos anos, uma série de incentivos e subsídios tributários para o setor automobilístico, como, por exemplo, a redução de IPI e a isenção de tributos sobre o consumo de combustíveis fósseis (CIDE), estimulando o transporte individual⁴



EM CONTRARIEDADE COM A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA (2012), QUE TEM COMO ALGUNS DE SEUS PRINCÍPIOS:

- a.** a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- b.** a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade, e;
- c.** o incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes.

consequências disso

Priorização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo, aumento do congestionamento e das emissões de gases de efeito estufa nas áreas urbanas.

o que fazer para mudar essa situação

Valorizar o transporte coletivo e meios de transporte que minimizem o volume de emissões por meio da revisão dos planos de transportes municipais e desestimular o transporte individual.

como?

- Implantar um sistema tarifário para repartição da redução do custo do transporte público pelos proprietários de veículos individuais.
- Devem-se estimular os veículos híbridos e elétricos a partir de condições tributárias, inovações produtivas e rede de serviços que reduzam seu custo. São Paulo, por exemplo, já aprovou lei para redução de tributos, porém ainda sem abatimento total do IPI, como foi feito para os veículos tradicionais, como vem sendo praticado pelo Governo.
- Planejamento urbano integrado que considere a mobilidade urbana e a política de transportes à luz das políticas de moradia e uso do solo. Adensamento da população nas áreas próximas às estações de metro e trem, bem como revisão do Plano Diretor para uso misto dos imóveis urbanos.

1, 2, 3 E 4: PUBLICAÇÃO SOBRE MOBILIDADE URBANA DO IDS.

2 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS PARA PROMOÇÃO DO BEM ESTAR DOS CIDADÃOS

Repensar os espaços urbanos a fim de integrar políticas públicas e assegurar às pessoas o direito à cidade.

Promover articulação das políticas para urbanização, saneamento, moradia, adaptação às mudanças climáticas, proteção aos mananciais e promoção do bem-estar.

3,5
bilhões

As cidades, hoje, são abrigo para mais de metade da população mundial, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas¹.



Destas,
1 bilhão
vivem em favelas

1 DADOS DO DOCUMENTO "THE URBAN OPPORTUNITY: ENABLING TRANSFORMATIVE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT", PREPARADO POR SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK, THEMATIC GROUP ON SUSTAINABLE CITIES. 2 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013. 3 INSTITUTO TRATA BRASIL. 4 ATUALIZAÇÃO DO ESTUDO TRATA BRASIL: "ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO E IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO 2008-2011". 2013.

O levantamento mais atualizado sobre o déficit habitacional brasileiro mostra que faltam 6.940.000 habitações no país²



34 milhões

de brasileiros não
tem acesso a água
encanada³



103 milhões

de pessoas não estão
conectadas às redes
de esgoto



61,3% dos esgotos
gerados não são tratados

No total, 13 milhões de
habitações (26,4%) carecem de pelo
menos um item de infraestrutura básica:
água, energia elétrica, esgotamento
sanitário ou coleta de lixo



Esta precariedade tem impacto
direto na saúde: 396.048
pessoas foram internadas por
diarreia no país, em 2011⁴



Os gastos do SUS com estas internações
foram de R\$ 140 milhões.
Nas 100 maiores cidades este gasto foi
de R\$ 23 milhões, ou seja, 16,4% do total

consequências disso

Precarização da qualidade de vida das pessoas em razão do aumento do adensamento populacional em áreas urbanas desprovidas de saneamento, acesso à água tratada e sistema de transporte público.

o que fazer para mudar essa situação

Planejar a ocupação das áreas urbanas de forma a integrá-las com as políticas de mobilidade (transportes), moradia e saneamento, para que o cidadão tenha priorizada sua qualidade de vida.

como?

- Promover a Reforma Urbana por meio do reordenamento do espaço urbano e participação democrática dos cidadãos nos Conselhos Municipais.
- Revisar e adaptar as leis que regulam os espaços urbanos, incentivando a harmonia entre espaços públicos e espaços privados promovendo o uso misto e diversidade de classes sociais.
- Implantar os mecanismos de direito à cidade previstos no Estatuto das Cidades, como por exemplo, o IPTU progressivo.
- Implantação de ZEIS nas zonas centrais e mais valorizadas das cidades: Zonas Especiais de Interesse Social. Fortalecimento da função social das cidades, expresso no Estatuto das Cidades.
- Universalizar a coleta e o tratamento de esgoto.

3 IMPLANTAR UM PLANO DE REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS

O plano de redução de homicídios enfatiza a prevenção e a investigação de crimes contra a vida.

Elaboração de um plano nacional de redução de homicídios, com ênfase na prevenção e investigação dos crimes contra a vida.

Na década de 2002 a 2012, morreram, no Brasil, **556 mil** cidadãos vítimas de homicídio

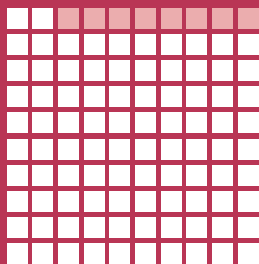


Número que excede o número de mortes da maioria dos **conflitos armados** registrados no mundo¹

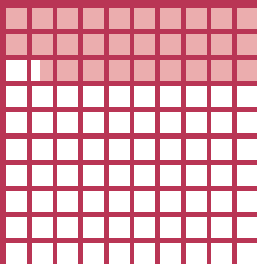
Entre 2011 e 2012, a taxa de **homicídios** cresceu 3,4% e chegou a 24,3 a cada 100 mil habitantes

Enquanto a de **estupros** subiu 15,35%, chegando a 26,3 a cada 100 mil habitantes²

VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS NO BRASIL



→
92% das vítimas de homicídios homens



→
71,4% deles são negros

Reforçando, portanto, a percepção de maior **violência** contra a população negra e de menor renda



PORCENTAGEM DE HOMICÍDIOS INVESTIGADOS E RESOLVIDOS³



O Brasil gastou mais de **R\$ 61 bilhões** com Segurança Pública em 2012, um aumento de 15,83% em relação a 2011, sem aumento de resultado⁴

TAXAS DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO NO BRASIL (2012)⁵

POR 100 MIL HABITANTES PARA A TAXA NACIONAL E POR EFETIVO POLICIAL PARA OS DEMAIS

HOMICÍDIO NACIONAL	24,3
PM EM SERVIÇO	17,8
PM FORA DE SERVIÇO	58,7
PM E PC (EM SERVIÇO E FORA)	72,1

70,1% dos brasileiros afirmam não confiar na polícia⁶

¹ WAISELFSZ, JULIO JACOBO. MAPA DA VIOLÊNCIA: OS JOVENS DO BRASIL. 2014. ² FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA ³ IPEADATA ⁴ E ⁵ FÓRUM DE SEGURANÇA BRASILEIRA. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2013. ⁶ PESQUISA DO ÍNDICE DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA BRASILEIRA, DA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). 2013.

consequências disso

Há falta de eficiência no modelo institucional de segurança pública brasileiro. O país mantém as altas taxas de mortalidade por homicídio, apesar do investimento crescente em segurança pública.

o que fazer para mudar essa situação

- Valorizar a vida e reformar o modelo institucional de segurança pública vigente.
- Realizar novo pacto entre os entes da federação e promover mudanças institucionais que garantam: melhoria da eficácia da investigação policial e fim ao embate histórico que coloca policiais militares e civis em campos opostos.

como?

- Implantação de um Pacto Nacional de Redução de Homicídios, com integração de ações nas 3 esferas do Governo, portanto com maior participação dos municípios e da União, pode ser um primeiro passo.
- Diminuição drástica da circulação de armas de fogo (campanhas, fiscalização de fronteiras, implantação do Estatuto do Desarmamento)
- Reforma no modelo institucional da polícia que considere a implantação de ciclo completo e carreira única nas polícias, bem como o uso de inteligência e integração de bancos de dados para os processos investigativos, esforço e procedimentos para maior agilidade nos processos judiciais, capacitação e formação policial para ser um gestor de segurança pública e, por fim, aumento do controle externo da atividade policial, com maior participação da sociedade civil.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

4

Tornar universal o acesso à água potável com proteção de mananciais, gerenciamento de demanda e coleta e tratamento de esgotos.

má gestão e
enorme desperdício
da água

O Brasil possui reconhecida abundância de água, totalizando quase 13% dos recursos hídricos superficiais do planeta. A distribuição destes, porém, não ocorre de forma isonômica pelo território, e 73% deles concentram-se na bacia hidrográfica Amazônica, onde residem apenas 4% da população brasileira¹. Na região Sudeste, onde há a maior densidade populacional e uso intensivo da água nas cidades, indústria e agricultura, considera-se que há pouca disponibilidade relativa do recurso.

A situação ainda se agrava pela má gestão e pelo enorme desperdício, promovido tanto na distribuição da água para os domicílios, na ordem de 30%, como pela população, que em média consome cerca de 167,5 litros habitante/dia², quando a recomendação da ONU é de 110 litros por habitante/dia. O mau gerenciamento aliado à estiagem deflagraram uma profunda crise de abastecimento no Estado de São Paulo em 2014.

Em âmbito nacional, o déficit para o serviço de abastecimento de água potável é da ordem de 10%³, e cujo valor considerou apenas a presença ou ausência da disponibilidade do serviço para o domicílio (rural ou urbano). Trinta e quatro milhões de brasileiros não tem acesso à água encanada.

A falta de saneamento ou a inadequada manutenção podem ser consideradas como a maior causa do alastramento de doenças pelo mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴.

Melhorias e aperfeiçoamento em tecnologias, serviços, bem como a ampliação das redes de tratamento de esgoto e água conjuntamente com o plano de gestão de resíduos são fundamentais para melhoria significativa nas condições de saúde da população (OMS, 2013). A água potável, saneamento e higiene são fundamentais para a boa saúde, para a qualidade de vida e para a erradicação da pobreza.

Para atingir a universalização do saneamento básico, ou seja, proporcionar disponibilidade de saneamento básico e esgotamento sanitário para todos os brasileiros, o país precisa mais do que dobrar os investimentos em saneamento. **Para**

universalizar os serviços, seriam necessários investimentos de R\$ 270 bilhões. (Trata Brasil, 2010).

O Plano Nacional e Municipal de Saneamento Básico (Plansab), previsto na Lei do Saneamento (Lei 11.445/07), é creditado como ferramenta para acelerar o quadro de universalização do saneamento básico no Brasil. A meta do Ministério das Cidades é que, até 2033, o abastecimento de água nos domicílios urbanos seja universalizado, que haja uma redução de 39% para 31% do índice de perda na distribuição, e que 93% dos domicílios urbanos tenham sistema de coleta e tratamento adequados, além de universalizar o manejo de resíduos sólidos.⁵

Mantendo-se o atual patamar de investimentos, a universalização do abastecimento de água ocorreria apenas em 2039, ao passo que o esgotamento sanitário tornaria-se universal em 2060, segundo estudo da GO Associados. Para cumprir a meta do órgão, seria necessária a duplicação do patamar de investimentos. Neste caso a universalização do abastecimento de água e esgoto se daria em 2021 e 2031, respectivamente.⁶

Por este cenário, a participação do setor privado nas metas nacionais deve ser discutida. Deve-se discutir os possíveis benefícios que a sociedade brasileira teria, caso as normas fossem flexibilizadas, facilitando o ingresso do setor privado nesse campo.

Além de insuficiente, a rede de serviços de saneamento básico no Brasil encontra-se mal distribuída. **Na Região Norte do país, apenas 8% dos municípios têm acesso à água e manejo de resíduos sólidos, 2% têm esgotamento sanitário e 7% têm o manejo de águas pluviais, caracterizando-a como a região mais defasada do Brasil.** O Sudeste, melhor região do país em termos de acesso a saneamento básico, tem apenas 30% de seus municípios dispostos de abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos e apenas metade dos municípios, aproximadamente, dessa região tem acesso a esgotamento sanitário.⁷

A legislação brasileira prevê que todos os municípios devem ter seus próprios planos municipais de saneamento. A maioria

dos municípios brasileiros, entretanto, não conta com técnicos capacitados em sua gestão, e sequer tem recursos financeiros para levá-los a cabo.

Priorizar os investimentos em saneamento básico é fundamental, pois a ele estão associados à melhora do rendimento escolar das crianças que vivem em áreas que não possuem saneamento básico; o fomento à atividade econômica, seja se tratando do aumento da produtividade dos trabalhadores, seja na valorização de imóveis ou, em algumas regiões litorâneas, e o resgate de áreas que são impróprias para visitação de turistas. Tem-se, portanto, a relação estreita entre saneamento e planejamento urbano.

É necessário, ainda, aprofundar iniciativas que promovam **a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar**, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

1 E **2** SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.TRATABRASIL.ORG.BR/SANEAMENTO-NO-BRASIL](http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil). **3** FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.FIOCruz.BR/PT-BR/CONTENT/PESQUISA-ANALISA-ABASTECIMENTO-DE-%C3%A1GUA-POT%C3%A1VEL-NO-BRASIL](http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/pesquisa-analisa-abastecimento-de-%C3%A1gua-pot%C3%A1vel-no-brasil). **4** PARA SABER MAIS: [HTTP://WWW.WHO.INT/TOPICS/SANITATION/EN/](http://www.who.int/topics/sanitation/en/). **5** FRAYHA, GUSTAVO ZARIF (MINISTÉRIO DAS CIDADES). SANEAMENTO BÁSICO E QUALIDADE DE VIDA. 3º ENCONTRO INTERNACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FIESP: RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO. SÃO PAULO: FIESP (ORG.), 2013. **6** MARCATO, FERNANDO (GO ASSOCIADOS). UMA NOVA ORDEM PARA O SANEAMENTO EM REGIÕES METROPOLITANAS. 3º ENCONTRO INTERNACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FIESP: RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO. SÃO PAULO: FIESP (ORG.), 2013. **7** BIANCHINI, ZÉLIA (IBGE). COBERTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL SEGUNDO CENSO DEMOGRÁFICO, PNAD E PNSB. 3º ENCONTRO INTERNACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FIESP: RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO. SÃO PAULO: FIESP (ORG.), 2013

Implantar política interfederativa para erradicar os lixões e apoiar a transição para um novo sistema de gestão de resíduos.

A geração de resíduos sólidos está intimamente ligada ao processo de produção e consumo das sociedades. Quando falamos em termos percentuais, globalmente a produção de lixo ainda está concentrada nos países ricos. **Os 34 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) geram a metade do lixo do mundo.**

No Brasil, assim como em outros emergentes, a geração per capita de resíduos sólidos tem crescido a taxas mais altas do que o crescimento da população ou do Produto Interno Bruto (PIB), especialmente a partir da década de 2000. **Em 2012, o Brasil gerou 63 milhões de toneladas de resíduos sólidos domiciliares, com média per capita de 1,1 quilo por habitante por dia**, número próximo ao de países desenvolvidos.

Ainda que a coleta domiciliar dos resíduos sólidos tenha crescido muito e atenda a 80% do conjunto da população brasileira, **apenas 18% dos municípios têm algum sistema de coleta seletiva**. Um dado ainda pior trata do volume de lixo reciclado no Brasil, onde, oficialmente, somente 3% do lixo produzido é reciclado.

A partir da promulgação da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foram estabelecidos caminhos importantes para a gestão, como por exemplo a obrigatoriedade de formulação de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos Municipais e Estaduais, a eliminação dos lixões, a implementação da logística reversa e a coleta seletiva com inclusão de catadores.

Cerca de 10% dos municípios brasileiros encaminharam seus planos de gestão de resíduos ao governo federal. **Quase 40% do lixo produzido no país ainda são despejados nos**

contestados lixões ou nos aterros controlados, e apenas 27% dos municípios encaminham seus resíduos para os aterros sanitários.

Para mudar o panorama da gestão de resíduos sólidos no Brasil, é fundamental o diálogo entre os estados, municípios, empresas e organizações de catadores sobre o novo modelo de gestão dos resíduos.

Para que a política interfederativa de gestão de resíduos seja implantada, os diversos atores da cadeia, neles incluídas as Associações e Cooperativas de Catadores, devem fomentar a cadeia de ciclo fechado; reformular seus padrões de oferta de bens e serviços; buscar novas tecnologias com base em inovação, economia de recursos, racionalidade econômica e eficiência na formação de novos mercados para a reciclagem.

Para o sucesso da gestão dos resíduos sólidos deve-se considerar a:

- Valorização do resíduo como matéria-prima e como etapa de uma cadeia que se reinicia. A palavra lixo, neste contexto, deixa de ser utilizada, pois praticamente todo resíduo é passível de algum aproveitamento.
- Revisão para modelo econômico intensivo em geração de resíduos, suas relações com o consumo e com as práticas empresariais. Esse novo modelo deve incluir os valores da sustentabilidade e da vida.
- Conexão entre a Política Nacional de Educação Ambiental e os Planos de Comunicação no âmbito dos acordos setoriais. Devem ser incentivadas campanhas pedagógicas e inteligentes, de cunho positivo.
- Taxação sobre a quantidade de resíduos gerados como forma de melhorar a gestão dos resíduos.
- Questão tributária como ferramenta para incentivar melhor gestão dos resíduos. A redução da carga tributária incidente sobre produtos reciclados é uma alternativa, porém não factível no atual sistema de cascata de impostos brasileiro, por isso, esse deverá ser modificado.
- Valorização do trabalho dos catadores.
- Incineração representa um desperdício do potencial econômico dos resíduos e geram impactos negativos na saúde e no meio ambiente, devendo ser evitada.

DEMAIS PROPOSTAS

O REFORMA URBANA SUSTENTÁVEL

- Promover a sustentabilidade e a democracia como valores centrais nas Políticas de desenvolvimento urbano.
- Fomentar a instalação de estruturas de governança metropolitanas.
- Desenvolver políticas de revitalização de centros urbanos.
- Garantir recursos e capacitação para que os municípios planejem seu próprio desenvolvimento.
- Empoderar os mecanismos de participação democrática, como o orçamento participativo, os Conselhos Municipais de Políticas Urbanas e a Agenda 21.
- Reformular o Programa Minha Casa, Minha Vida respeitando as necessidades e peculiaridades regionais, bem como considerando toda rede de serviços de infraestrutura urbana que deve estar vinculada à moradia para que sejam propiciadas condições de vida dignas a seus beneficiários.
- Intensificar o uso do instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas no Estatuto das Cidades, permitindo configurações mistas de ocupação, tanto no que tange à coexistência de diferentes classes sociais e perfis, quanto na conciliação de áreas comerciais e residenciais no mesmo espaço.

MORADIA E QUALIDADE AMBIENTAL COMO POLÍTICA DE ESTADO

- Desenvolver programa de modernização, digitalização e georreferenciamento dos registros de imóveis de controle público que considere a oferta de lotes urbanizados.
- Evoluir de uma política setorial de direito à moradia para uma política de direito à cidade ("construir bairros e cidades, e não apenas casas"), aliada à inclusão social, a diminuição das desigualdades e a promoção de inovação (tecnológica, de gestão e de governança das cidades).
- Implementar uma política nacional de regularização urbanística e fundiária, bem como de urbanização de favelas e de outras formas de ocupação.
- Aprimorar mecanismos de financiamento, subsídios e arranjos institucionais para suprir as necessidades

habitacionais dos brasileiros e garantir inclusão e acesso a cidades sustentáveis.

- Capacitação de agentes comunitários para gestão do espaço urbano por meio de programas de treinamento e capacitação profissional (a partir de apoio a iniciativas do terceiro setor ou oferecimento de cursos pela educação pública).
- Previsão na legislação urbanística de construção de espaços públicos inclusivos e heterogêneos, com funções e rendas mistas.
- Programa de moradias para pessoas que vivem em áreas de risco ou sem-teto.
- Garantir flexibilidade e diversidade de opções de crédito e incentivos tributários para moradia, segundo a necessidade de determinado grupo social .
- Alterar legislação urbanística atual que fomenta e perpetua o modelo de cidade contrário à visão do direito à cidade.
- Desenvolver mecanismos econômicos que incentivem o aumento de oferta de habitações em áreas adequadas, ou seja, fora de áreas de risco.
- Desenvolver programa de apoio ao planejamento e desenvolvimento urbano de médias cidades.

SANEAMENTO AMBIENTAL

- Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde.
- Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no território nacional visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos.
- Viabilizar a implantação de alternativas descentralizadas para o saneamento básico adaptadas às características regionais.
- Incentivar economicamente o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento tecnológico com objetivo de aumentar a eficiência do sistema de abastecimento de água.
- Desenvolver políticas de gestão e capacitar os municípios, consórcios e atores locais para elaboração de seus planos de saneamento.

- Aprimorar o marco regulatório do saneamento para definição clara das competências nas regiões metropolitanas.
- Incentivar alternativas de geração de energia a partir do tratamento do esgoto.
- Implementar cobrança individualizada por meio da universalização da hidrometragem domiciliar.
- Desenvolver programa de incentivo ao uso racional, à redução do consumo e ao reuso da água.

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Criar diretrizes e incentivos para implantação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando ao desenvolvimento de sua cadeia de produção e com a inclusão dos catadores e das respectivas cooperativas.
- Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.
- Desenvolver um regime tributário especial para a cadeia de produtos reciclados.
- Desenvolver campanhas educacionais de consumo responsável e valorização dos reciclados, criando incentivos para que a população pratique a coleta seletiva, bem como para que a indústria desenvolva novos conceitos e tecnologias e seja incentivada a utilizar o produto reciclável.
- Implantar programa de incentivo (técnico e econômico) ao reaproveitamento do resíduo orgânico voltado à inclusão social e à produção e à comercialização de adubo, favorecendo a geração de emprego e renda na interação entre o urbano e o rural.
- Dar apoio financeiro e técnico ao desenvolvimento de programas municipais de tratamento de lixo orgânico por meio da compostagem em unidades locais descentralizadas.
- Promover campanha para redução do desperdício de alimentos (da produção e transporte, ao comércio e consumo).

- Promover a inclusão socioproductiva dos catadores de material reciclável no Brasil, associada a um programa de melhoria das condições de trabalho, previdência e seguridade social.
- Incentivar a participação do setor privado no sistema de reciclagem e inovação de produtos que possam facilitar a reciclagem e o reuso de materiais, no que tange à logística reversa do setor privado.
- Estimular a redução do uso de embalagem para custear o sistema de coleta e reciclagem desses materiais por meio de campanhas e tributação seletiva.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

- Eliminar incentivos à queima de combustíveis fósseis, com medidas adequadas de compensação social.
- Reordenar e direcionar os investimentos e subsídios em transportes de forma a orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas cidades, visando sistemas adequados aos diferentes tamanhos e tipologias de cidades existentes no Brasil.
- Criar incentivos e inserir nos critérios de financiamento o estabelecimento de instituições reguladoras de transportes coletivos em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos (integrar modais, otimizar frotas e itinerários, reduzir tempo de viagens, entre outros).
- Capacitar gestores locais para a elaboração e implementação de Planos Municipais de Mobilidade.
- Difundir a Lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana mediante campanhas nacionais voltadas aos usuários-cidadãos, para que participem e monitorem o processo de implementação dos planos de mobilidade em suas cidades cobrando resultados dos gestores locais.
- Garantir a inserção das diretrizes e dos objetivos da Lei de Mobilidade Urbana na revisão dos Planos Diretores.
- Investir no aumento da malha cicloviária em todas as médias e grandes cidades brasileiras com disponibilização de financiamentos e orçamento em escala apropriada às metas a serem estabelecidas.

- Estimular que os municípios promovam a adequada integração tarifária e intermodal, no mais curto espaço de tempo possível.
- Aprovar o Regime Tributário especial para transportes públicos coletivos urbanos ou metropolitanos integrados.
- Criar mecanismos transparentes para monitoramento, pelos cidadãos, em tempo real, sobre a efetividade dos investimentos federais e o avanço das obras de infraestrutura para mobilidade urbana.
- Investir no desenvolvimento científico e tecnológico de matrizes energéticas mais limpas e eficientes para transportes públicos coletivos.
- Regular o sistema tarifário de forma que o custo do transporte coletivo público seja compartilhado com os usuários de transporte individual e pelos consumidores de combustíveis fósseis.
- Criar programa para desenvolver pesquisa e levantamento de dados primários sobre transportes, viagens, locomoção e monitoramento dos impactos das medidas que visem melhorar a mobilidade urbana.
- Obrigar empresas concessionárias de transporte coletivo público a disponibilizar dados georreferenciados para monitoramento do transporte coletivo pelos usuários em tempo real em plataformas on line (web, smartphones e tablets).
- Incentivar e regulamentar o teletrabalho (modelo home office) nos sistemas público e privado de contratação do trabalhador.
- Desonerar tributos sobre a produção de veículos movidos a energia elétrica e biomassa, bem como para os não motorizados.
- Monitorar anualmente o cumprimento e violações dos Direitos Humanos no Brasil e criar Inspeção Nacional de Direitos Humanos.
- Monitorar e estimular o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Erradicar o trabalho infantil e expandir a assistência pré-natal e pós-natal.
- Combater pedofilia, exploração sexual e pornografia infanto-juvenil na Internet.
- Estimular a adoção de crianças e adolescentes abrigados e ampliar a oferta de programas de famílias acolhedoras.
- Criar estruturas para atendimento específico para idosos vítimas de violência e definir um marco regulatório nacional para os asilos de idosos.
- Discutir com a sociedade a política de drogas e investir no esclarecimento, na prevenção e no tratamento dos dependentes.
- A modernização das Forças Armadas e a incorporação da missão de proteção do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros, devem ser objetivos prioritários da política de defesa nacional, bem como a adequação dos seus efetivos às necessidades constitucionais, o aprimoramento da capacidade operacional das nossas Forças Armadas, a elevação do seu nível tecnológico, foco na preservação e defesa dos recursos marítimos e do potencial hídrico da Amazônia, e em geral ao controle efetivo sobre as fronteiras.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Investir em políticas intersetoriais preventivas e de cooperação entre diferentes instâncias de governo (estado e municípios) em conjunto com os Poderes Judiciário e Legislativo.

Violência e Vitimização

- Fortalecimento de iniciativas de redução da violência voltadas a grupos específicos em situação de maior vulnerabilidade.
- Em nível subnacional, formulação de planos de combate à violência de caráter intersetorial, aliando prevenção e repressão, inspirados em iniciativas de sucesso como o Pacto pela Vida (PE) e os planos municipais de segurança pública de Canoas (RS) e Diadema (SP), por exemplo.

- Intensificação de ações visando à redução do número de armas de fogo em circulação, tais como campanhas de desarmamento, fiscalização do comércio de armas em fronteiras, controle de munição e efetiva implementação do Estatuto do Desarmamento.
- Fortalecimento dos mecanismos de controle externo sobre a atividade policial e maior rigor na investigação dos crimes contra a vida praticados por policiais.

Sistema Penitenciário

- Ampliação da aplicação de penas alternativas.
- Revisão da política de drogas, na medida em que penas alternativas não são possíveis em casos de crimes ligados ao tráfico de entorpecentes.
- Redução no número de prisões provisórias por meio da aplicação de medidas cautelares alternativas quando necessário, conforme previsto na Lei 12.403/2011.
- Intensificação dos Mutirões Carcerários realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio dos quais são postos em liberdade indivíduos presos indevidamente, tais como aqueles cujas penas já foram cumpridas ou que teriam direito à progressão de regime.
- Intensificação da fiscalização dos Poderes Executivo (Departamento Penitenciário Nacional e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) e Judiciário (Ministério Público) no tocante à aplicação das provisões da Lei de Execução Penal.
- Investimento em políticas de ressocialização e assistência ao egresso.

Impunidade

- Investimentos em inteligência e recursos humanos para a Polícia Civil, de modo a melhorar sua capacidade investigativa, e na Polícia Técnico-Científica, que trabalha em condições precárias em diversos estados.

- Desenvolvimento de ações que objetivem aumentar a articulação entre as Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica, na medida em que o baixo grau de articulação atual representa um obstáculo ao trabalho investigativo eficaz.
- Estabelecimento de sistemas de metas de esclarecimentos de crimes, de modo a aumentar a taxa de crimes investigados e solucionados.
- Averiguação, por parte da Procuradoria-Geral de Justiça, do grande número de inquéritos arquivados a pedido de promotores, para identificação de possíveis erros.
- Intensificação dos mutirões para cumprimento de metas da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENASP), referente à persecução penal de crimes dolosos contra a vida.

Gestão e Modernização da Política de Segurança Pública

- Modernização e integração das bases de dados das polícias civis e militares.
- Compatibilização de áreas das polícias civis e militares em todos os estados.
- Fixação de metas conjuntas para as duas corporações, de modo a incentivar o trabalho em conjunto.
- Aumento do investimento em informação e inteligência.

Pacto Federativo e Financiamento da Segurança Pública

- Operacionalização de repasses fundo a fundo entre o Governo Federal e as demais esferas federativas, a exemplo do que ocorre nas áreas de Saúde, Educação, e Assistência Social.
- Clarificar a previsão orçamentária e explorar o detalhamento da prestação de contas, induzindo a uma contabilização padronizada das receitas e despesas objeto do repasse podem ser alternativas para melhorar a gestão dos recursos da Segurança Pública.
- Induzir a capacidade de governança dos estados e municípios.

1 O PROFESSOR COMO AGENTE DA SUSTENTABILIDADE

O novo olhar para educação sugere integração de práticas éticas. Três fatores são destacados para que essa proposta seja implementada:

FORMAÇÃO DO PROFESSOR



VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR



CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR PARA AS NOVAS TECNOLOGIAS

Promover a formação cidadã do professor consoante com os desafios da contemporaneidade: sustentabilidade socioambiental, direitos humanos, com equidade, a partir de novos conhecimentos e saberes regionais e tradicionais, tecnologias apropriadas e novas formas de ensinar e aprender, priorizando os planos de carreira de magistério pelas redes de ensino, considerando como base o piso nacional.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Mais de 2 milhões de professores atuam nas escolas de Educação Básica do Brasil

O déficit de docentes é de aproximadamente de 250 mil¹

A formação inicial oferecida pelas universidades brasileiras não compreende o papel cidadão do professor, que deve ser de facilitador do diálogo entre escola-comunidade

consequências disso

A falta de professores implica no sucateamento das condições de ensino, prejudica a formação dos alunos, e a falta de qualificação mantém a baixa remuneração da categoria.

o que fazer para mudar essa situação

Promover a formação cidadã do professor, considerando técnicas inovadoras e tecnologias apropriadas a novas formas de ensinar e aprender. Estimulando a formação em curso superior.

como?

- Assegurar uma formação inicial sólida com foco na prática docente que integre as especificidades regionais e tradicionais e desenvolva as questões socioambientais contemporâneas.
- Assegurar e proporcionar formação continuada.

1 CAPES 2 ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PNAD/IBGE, 2013. 3 ENTIDADES FILIADAS À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. 2014. 4 “ATRATIVIDADE DA CARREIRA DOCENTE NO BRASIL”. 2009. 5 “UMA ESCALA PARA MEDIR A INFRAESTRUTURA ESCOLAR”. SÃO PAULO. 2013.



VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR

O professor recebe em média **40%** menos que um profissional de outra área com a mesma escolaridade²

A Lei do Piso (nº. 11.738) definiu uma remuneração nacional mínima, estipulada em 2013 pelo MEC no valor de **R\$ 1.567,00**



7 estados brasileiros ainda não respeitam a Lei Nacional do Piso do Magistério e outros 14 estados não a cumprem integralmente.

A lei inclui a **hora-atividade**, que deve representar no mínimo 1/3 da jornada de trabalho do professor³

consequências disso

Baixa atratividade. Apenas 2% dos jovens querem seguir a carreira docente.⁴

o que fazer para mudar essa situação

Valorizar a profissão.

como?

- Garantindo um salário inicial atraente;
- Garantindo um plano de carreira motivador, pautado no desempenho em sala de aula.
- Valorizar o profissional priorizando os planos de carreira de magistério estabelecidos pela lei federal 12.772/ 2012

CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR PARA AS NOVAS TECNOLOGIAS

Apenas **0,6%** das escolas brasileiras têm infraestrutura próxima da ideal para o ensino (biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades básicas)⁵

Um dos principais problemas é a falta de capacitação dos professores para o uso das tecnologias **digitais**

consequências disso

O déficit de infraestrutura e o descompasso da formação dos professores com as demandas tecnológicas do mundo contemporâneo prejudicam o desenvolvimento de novas metodologias de ensino que incluam novas tecnologias e dinâmicas na sala de aula.

o que fazer para mudar essa situação

Incentivar o uso de novas tecnologias pelos professores em suas aulas e promover o constante aprimoramento profissional para o uso de novos saberes e ferramentas digitais.

como?

- Promover formação inicial e continuada do professor consoante com os novos conhecimentos, as novas tecnologias e as novas formas de ensinar e aprender.
- Assegurar e dar condições para que as escolas tenham infraestrutura básica que inclua biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades básicas.

2 INVESTIR EM EDUCAÇÃO É INVESTIR NUM PAÍS CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL

Ter a educação como prioridade política e orçamentária é fundamental para a construção de uma sociedade sustentável. Dois fatores são destacados para que essa proposta seja implementada:

Ampliar o investimento público em educação e criar mecanismos para viabilizar a participação social no monitoramento e controle deste recurso.

AMPLIAR O
INVESTIMENTO PÚBLICO
EM EDUCAÇÃO



CRIAR MECANISMOS PARA A PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO MONITORAMENTO E CONTROLE
DESTE RECURSO

CRIAR MECANISMOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MONITORAMENTO E CONTROLE DESTE RECURSO

Apenas 9 estados e uma minoria dos municípios possuem legislação sobre a gestão democrática da educação⁵

consequências disso:

A falta de leis sobre gestão democrática da educação dificulta o envolvimento da população e a transparência no investimento dos recursos

o que fazer para mudar essa situação

Deve-se disponibilizar a informação completa e com transparência para garantir o uso correto dos recursos e com a possibilidade de a população

1 SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014. 2 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 3 INEP/PORTAL IDEB. 4 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PELO INSTITUTO INSEAD. 5 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014.



AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

Estados, Distrito Federal e Municípios

destinam no mínimo **25%** de suas receitas resultantes de impostos e transferências à manutenção e desenvolvimento do ensino



No caso da União, esta proporção é de **18%**



Mesmo com os recursos vinculados, o valor ainda é insuficiente

Atualmente, o investimento público direto do Brasil em Educação representa

5,3% do PIB¹ →

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, prevê a ampliação progressiva deste valor para **10%**

consequências disso

- De 65 países comparados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil ficou em 58º lugar. O Pisa avalia o desempenho dos estudantes em leitura, matemática e ciências.²
- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Nacional, utilizado para medir a qualidade da educação, observado em 2011 nos anos finais da educação básica no Brasil foi 4,1 em uma escala de 1 a 10. Para o Ensino Médio, o Ideb foi 3,7. A diferença entre os índices de escolas públicas e privadas também é grande: nos anos finais do Ensino Médio, em 2011, o índice da pública foi 3,9, enquanto a privada foi 6,0.³
- O Brasil figura em 58º lugar no ranking de países mais inovadores do mundo (2012).⁴

o que fazer para mudar essa situação

Ter a educação como prioridade política e orçamentária.

como?

- Assegurar que os investimentos em educação alcancem 10 % do PIB Nacional.
- Aumentar investimento em educação pelo setor público e ampliar a assistência técnica e financeira aos municípios.

opinar sobre o destino dos investimentos. Assegurar à sociedade seu pleno acesso e liberdade para interpretar, avaliar e chegar a conclusões sobre os dados do orçamento, que algumas vezes nem os organismos de controle conseguem chegar.

como?

- Informar a sociedade sobre os recursos destinados à Educação pela ampla divulgação

de dados claros e objetivos, que facilitem a compreensão deste orçamento.

- Favorecer a participação de fóruns de colaboração que legitimem as discussões e os pactos entre os entes federativos, como por exemplo, comissões regionais ou locais, conselhos e orçamentos participativos, ou comitês de educação nas escolas ou nos bairros.
- Disponibilizar os dados constantemente, de maneira simplificada e aberta, na internet.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Construir o Sistema Nacional de Educação

oportunidades
educativas

Para o Brasil avançar nas políticas e ações efetivas de gestão do sistema de educação será necessária uma mudança da cultura educacional. **Gestão eficaz, maiores investimentos, acesso e universalização do ensino e qualidade** são pré-requisitos básicos para que a Educação no Brasil seja reconhecida como estratégica para o desenvolvimento justo e sustentável do país.

A consolidação de um sistema público universal, que ofereça um padrão básico de serviços de qualidade e acessível a toda população brasileira, independentemente de diferenças sociais, culturais, econômicas ou territoriais, é um dos objetivos da construção do Sistema Nacional de Educação – SNE no contexto do Sistema Federativo do Brasil.

A garantia do direito à educação de qualidade é um princípio fundamental e basilar para as políticas e gestão da educação básica e superior, seus processos de organização e regulação. No caso brasileiro, o direito à educação básica e superior, bem como a obrigatoriedade e universalização da educação de quatro a 17 anos (Emenda Constitucional - EC no. 59/2009), está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), e nos reordenamentos para o Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), com as alterações ocorridas após a sua aprovação, encontra-se em sintonia com a garantia do direito social à educação de qualidade.

A garantia de acesso à educação pública de qualidade para todos os brasileiros exige maior articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Efetivos regimes de cooperação e o esforço integrado

e colaborativo entre os entes só se darão por meio de uma **política sistêmica e nacionalmente consistente, consolidada no Sistema Nacional de Educação**. Ou seja, políticas de estado e não políticas de governo.

Em qualquer federação, como é o caso brasileiro, a coordenação federativa é essencial para garantir a interdependência entre governos. Isso envolve duas dimensões. A primeira diz respeito à cooperação entre territórios, incluindo formas de associativismo e de consorciamento. Trata-se da **criação de entidades territoriais, formais ou informais, que congreguem mais de uma esfera de governo** de entes federados diversos. A segunda dimensão da coordenação vincula-se à **conjugação de esforços inter e intragovernamentais no campo das políticas públicas**.

Assim, definem-se as atribuições e responsabilidades de cada ente federativo e setores da sociedade civil para superar as disparidades na distribuição de recursos e padrões das políticas públicas entre as diversas regiões do território brasileiro, ao mesmo tempo em que se reconhecem as diversidades – pressuposto do sistema federativo – que devem ser respeitadas no processo pedagógico. A igualdade de condições de acesso, a permanência e o sucesso na escola são desafios que podem ser superados pela soma de esforços em prol de metas comuns, baseadas nos princípios legais já existentes.

Para colocar em prática o regime de colaboração entre os entes federados, o Brasil já conta com os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), que, além da forte característica intermunicipal, agregam a participação dos estados e da União, incluindo ou não a participação de

instituições privadas e não governamentais, tais como empresas e organizações diversas. Todos os envolvidos assumem o objetivo comum de contribuir de forma transversal e articulada para o desenvolvimento da Educação em determinado território, que ultrapassa os limites de um só município.

Se o federalismo é um dos pontos centrais da construção do Sistema Nacional de Educação – tema central da Conferência Nacional de Educação 2014 –, tratar esta questão e seus impactos na esfera educacional direciona necessariamente para o debate sobre governança, participação e controle social. Estes podem garantir políticas públicas eficazes e eficientes para acesso à educação de qualidade e ao bom uso de recursos públicos, mecanismos de redução da desigualdade social vigente no país.

Nesta perspectiva, alguns pontos relativos à governança, participação e controle social devem ser destacados: (a) eles consolidam a democracia; (b) eles fortalecem a equidade e a justiça social; (c) eles garantem processos de transparência e prestação de contas.

Assim, competem às instâncias do SNE definir e garantir finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns e assumir a articulação, normatização, coordenação e regulamentação da educação nacional pública e privada, assegurando sua gestão democrática.

O Sistema Nacional de Educação pode assegurar que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos tenham oportunidades educativas formais e não formais baseadas em valores que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional.

4

Implementar escolas abertas nos diferentes espaços (virtual e presencial) para acesso e construção do conhecimento, priorizando a sustentabilidade e oferecendo aos participantes diferentes suportes de ensino/aprendizagem: vídeos, filmes, livros, quadrinhos, games, intercâmbios, entre outros.

O novo olhar para a Educação sugere a **integração de práticas éticas e baseadas em valores**, que colaborem para a construção de uma vida sustentável, saudável e repleta de aprendizados. Este pode ser o alicerce para novos modos de organização das escolas e das demais instâncias educadoras da sociedade, induzindo até mesmo **mudanças estruturais em várias esferas da sociedade**, se reorientados a partir de novos conhecimentos, novas tecnologias e novas metodologias.

Mas como sair do discurso e fortalecer esses novos caminhos do processo educativo? Como conectar a diversidade de ferramentas e estratégias tecnológicas em prol da educação de qualidade para todos os brasileiros com a velocidade da inovação? Como escolher prioridades numa gama de possibilidades de novas e inspiradoras metodologias?

Aprender não tem lugar e é uma dimensão permanente da vida. O aprendizado é um ciclo contínuo. As escolas são referências do acesso e discussão do conhecimento, de intervenção social e de vida, mas não são as únicas responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. A vida hoje, na era da informação, da

velocidade e da tecnologia, determina que o processo de aprendizagem seja permanente.

A aprendizagem deve focar o aprender fazendo, criar pontes entre o cotidiano e questões do mundo contemporâneo de forma a se construir uma escola viva; uma escola que prepare para a vida, fortalecendo a autonomia e o protagonismo de modo a formar estudantes produtores do conhecimento e não passivos ouvintes de aulas expositivas. A possibilidade de acessar, por meio da internet, uma grande quantidade e diversidade de informações coloca como prioridade aprendizagens de acessar, pesquisar, selecionar, analisar, armazenar, gerir, criar e comunicar informações e conhecimentos. Nesse contexto o mundo contemporâneo exige o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, simulações através de games, trabalho em equipe e construção colaborativa do conhecimento, comunicação, uso de tecnologias, inovação e criatividade.

Mudar as concepções de aprendizagens envolve ainda **mudanças na organização das escolas e dos espaços educativos para se criar estruturas mais horizontais**

de modo a possibilitar as interações entre as pessoas, o compartilhamento de conhecimentos e o trabalho colaborativo.

Algumas tecnologias estão nos apontando um caminho a seguir. São novas, ousadas e inspiradoras ferramentas de ensino, que valorizam o tempo e a experiência de cada aluno. O novo modelo de educação deve abrir espaços para os estudantes expressarem suas opiniões pessoais e sua identidade individual. Inúmeras plataformas buscam integrar diferentes suportes como vídeos, fotos, exercícios, quadrinhos, livros, textos, músicas, etc.

É a partir do caminho do conhecimento e da integração – seja ela virtual ou presencial - que as práticas cidadãs e os conceitos de desenvolvimento sustentável são disseminados e constituídos. A produção de informações e a mobilização dos diversos atores sociais indicam que as questões ligadas à revalorização do espaço público, dos bens comuns, da cultura de paz e não violência e do sentimento de pertencimento às cidades afloram a todo tempo e são temas que unem pessoas com um desejo único: a transformação.

DEMAIS PROPOSTAS

CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- Promover a articulação entre União, estados e municípios, definindo suas atribuições e responsabilidades para superar as disparidades na distribuição de recursos entre as regiões, ao mesmo tempo em que se reconheça e respeite as diversidades no processo pedagógico.
- Regular o Plano Nacional de Educação, integrando as políticas, os planos e diretrizes curriculares para assegurar as políticas voltadas à educação de qualidade.
- Favorecer a participação e o controle social por meio da criação de arenas interinstitucionais de colaboração que legitimem o diálogo, que gerem pactos entre os entes federativos para promover políticas educacionais de qualidade.
- Garantir políticas de inclusão escolar das crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por meio de: (I) formação docente, (II) oferta de atendimento educacional especializado complementar, (III) disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade.
- Garantir uma educação cidadã nacional, considerando a pluralidade, as diversidades em suas múltiplas dimensões e a sustentabilidade.
- Garantir a criação de um sistema articulado de formação inicial e continuada de professores e gestores de educação em todos os níveis.

EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE POLÍTICA E ORÇAMENTÁRIA

- Ampliar e tornar transparente o investimento público em educação.
- Estimular a (re)formulação de planos de carreira do magistério pelas redes de ensino, considerando o Piso Nacional como política fundamental para valorização docente, dentre outras medidas importantes para que a qualidade da educação básica no país alcance melhores patamares e recupere o atraso histórico.

NOVOS CONHECIMENTOS, TECNOLOGIAS E NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER

- Incentivar a construção colaborativa do conhecimento, a inovação e a autoria.
- Aprimorar práticas de ensino e aprendizagem voltadas à cultura digital com formas diversificadas de letramento, leitura e escrita.
- Fomentar a construção de escolas com equipamentos, laboratórios e bibliotecas adequadas e acessíveis a todos.

ATENÇÃO INTEGRADA À PRIMEIRA INFÂNCIA

- Estimular a construção de Planos Municipais de Educação considerando as especificidades locais, em consonância com os planos setoriais e decenais voltados à primeira infância.
- Reduzir a mortalidade infantil no Brasil e zerar a ocorrência de casos de desnutrição no país, garantindo a segurança alimentar com produtos saudáveis, naturais e ricos em nutrientes.
- Garantir apoio técnico e financeiro aos municípios visando à ampliação da oferta de creches da rede pública no país e adequação dos equipamentos das creches e EMELs aos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), assegurando um atendimento compatível com a idade das crianças atendidas, bem como seu monitoramento e avaliação.
- Formar professores e cuidadores para educação e acolhimento à primeira infância.
- Fomentar e estimular a criação de programas nos estados e municípios voltados às gestantes e mães que trabalhem noções de cuidado e saúde e sobre desenvolvimento infantil.

COMBATE ÀS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

- Garantir o atendimento universal no sistema público de ensino, superando os desafios da adequação do fluxo escolar, da distorção idade-série e da evasão.
- Favorecer políticas públicas integradas e intersetoriais com objetivo de promover a

equidade, de modo a atingir os territórios de alta vulnerabilidade socioambiental e combatendo as desigualdades educacionais, especialmente entre diferentes grupos étnicos e sociais, territórios de cidadania, centro/periferia.

- Promover uma revisão da partilha tributária, tanto na questão da arrecadação quanto da distribuição dos recursos com o objetivo de enfrentar os desafios dos municípios na oferta do Ensino Básico de qualidade e com equidade. Para isso, é preciso: (I) incluir as crianças que ainda estão fora da escola, (II) expandir os tempos e espaços escolares de modo a ampliar as oportunidades de aprendizagem, (III) valorizar o corpo docente, (IV) implantar o piso nacional do magistério.

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MODO A GARANTIR A APRENDIZAGEM DE TODOS OS ALUNOS NA IDADE CORRETA

- Alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças até sete anos de idade.
- Aprimorar e reestruturar o Ensino Básico de modo a adequá-lo a realidade contemporânea.
- Discutir a elaboração de um currículo nacional e expectativas de aprendizagem, respeitando e abrindo espaços para especificidades regionais socioambientais, culturais e populacionais. Reformular o currículo do Ensino Médio para que se torne atraente aos jovens, relacionando questões do mundo contemporâneo e abrindo novas perspectivas para o trabalho.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

- Promover a valorização e o respeito à profissão do professor, reconhecendo sua dignidade e importância.
- Tornar a atividade do magistério mais atraente, garantindo: (a) salário inicial e piso salarial condizentes com a importância da função, (b) plano de carreira motivador, (c) condições adequadas de trabalho.
- Aprimorar a qualidade da formação inicial articulado com as universidades, considerando reformulação dos

currículos com os novos tempos, as novas formas de ensinar e de aprender.

- Melhorar a oferta de formação continuada e fortalecer o trabalho de coordenação pedagógica e direção dentro das escolas.
- Criar mecanismos de comprometimento com um ambiente escolar democrático, ético e estético, que leve em conta as práticas transformadoras, socioambientais e sustentáveis.
- Criar e fortalecer propostas inovadoras, como estágios de todas as áreas do conhecimento em escolas públicas que, efetivamente, preparem o docente para a prática em sala de aula.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

- Enriquecer e fortalecer a implementação da educação integral nas cidades, ampliando o debate sobre políticas públicas intersetoriais e integradas que garantam a melhoria da aprendizagem na escola e na sociedade.
- Estimular a ampliação e a qualidade da oferta de educação integral na rede pública de ensino.
- Articular a escola com os espaços públicos e comunitários disponíveis, garantido a acessibilidade a teatros, clubes, centros esportivos, centros culturais, bibliotecas, parques, unidades de conservação, praças, entre outros.
- Garantir que os cursos de licenciatura e pedagogia contemplem o conceito de educação integral em todos os seus aspectos a fim de formar professores aptos a atuarem no desenvolvimento de crianças e adolescentes nas suas diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, intelectual ambiental, ética e estética.
- Estimular a articulação intersetorial das políticas de Educação, Cultura, Esporte, Assistência Social e Saúde nas diversas unidades territoriais como pressuposto para a implantação de programas de educação integral.
- Reconhecer os processos educativos para além do ambiente escolar, bem como reestruturar os currículos da educação básica referenciados em uma matriz de educação para a sustentabilidade, direitos humanos e cidadania ativa.

DIVERSIDADE CULTURAL, AMBIENTAL E VALORES

- Reconhecer e apoiar a sociedade civil como promotora de iniciativas transformadoras em questões socioambientais, cidadania, direitos humanos, servindo de exemplo de pioneirismo e participação cidadã.
- Promover o desenvolvimento de políticas intersetoriais centradas nos territórios para priorizar, articular e apoiar os programas voltados às famílias e escolas situadas em áreas de alta vulnerabilidade socioambiental, combatendo as desigualdades e atendendo as demandas específicas de cada região.
- Erradicar o analfabetismo.
- Abrir o diálogo, no cotidiano da educação, para a promoção da equidade e do respeito às diferenças (como relações étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, intergeracionais entre outras) de acordo com as especificidades locais, regionais e territoriais (comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, bem como migrantes e imigrantes).
- Promover a participação da comunidade escolar, ampliando suas relações interculturais e intergeracionais com os conteúdos curriculares e o ambiente da escola.

JUVENTUDES: ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

- Investir na construção de escolas e espaços de aprendizagem voltados para a inclusão dos jovens com idades entre 19 e 24 anos que não trabalham nem estudam, estimulando-se a participar.
- Garantir a formação plena dos jovens em defasagem idade-série (em especial os jovens com idade de 15 e 16 anos e que ainda cursam o Ensino Fundamental).
- Desenvolver políticas sociais integradas que promovam uma profunda reformulação pedagógica do ensino médio, abrindo seus conteúdos para a realidade do mundo contemporâneo, criando um espaço que favoreça a produção cultural, do conhecimento e da sustentabilidade.
- Expandir o Sistema Público de Educação Profissional, inserindo novas metas e conceitos ao Pronatec.
- Institucionalizar políticas que promovam a inserção dos jovens em condições dignas de trabalho.
- Reduzir a jornada de trabalho e aumentar o monitoramento sobre a contratação e o desempenho de aprendizes e de estagiários, com o objetivo de qualificar o trabalho juvenil.

- Aumentar as políticas de formação e que ofereçam crédito para a juventude. Construir um marco legal que viabilize o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia solidária.

ENSINO SUPERIOR, PESQUISA E INOVAÇÃO

- Fomentar iniciativas e políticas de incentivo à pesquisa científica e à inovação, por meio de aumento de recursos e de institutos de pesquisa.
- Garantir equidade de oportunidades no ingresso e permanência dos jovens nas universidades brasileiras, mantendo o sistema de cotas.
- Expandir o número de vagas nas universidades públicas e garantir uma política de assistência estudantil.

LETRAMENTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NOS DIVERSOS DOMÍNIOS DA SOCIEDADE

- Melhorar os níveis de alfabetismo com base no Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf, com o objetivo de assegurar à população adulta o direito ao letramento, possibilitando assim o exercício pleno da cidadania.
- Minimizar os níveis de desigualdade de escolaridade entre a população mais rica e mais pobre no Brasil.
- Fomentar o acesso à cultura escrita nos primeiros anos de vida, de modo a qualificar o processo de alfabetização e de inclusão da criança no contexto socioambiental e cultural.
- Garantir o acesso e ampliar o uso de tecnologias digitais em todas as etapas de escolarização, de modo que todos – independente de região, classe social ou raça – tenham acesso às novas ferramentas de ensino-aprendizado.

EDUCAÇÃO CONTÍNUA, PERMANENTE E AO LONGO DA VIDA

- Criar territórios de cidadania como espaços de educação e cultura.
- Criar Cidades Educadoras e Município Educador Sustentável.
- Reconhecer e apoiar a sociedade civil como promotora de iniciativas criativas e transformadoras nas áreas de educação, cultura, questões socioambientais cidadania e direitos humanos, servindo de exemplos de pioneirismo e participação cidadã



O Cadastro Único reúne dados sobre 27,2 milhões de famílias pobres do país, o que corresponde a **85,1 milhões** de brasileiros. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Cadastro Único são elementos centrais das políticas de assistência social, por permitirem a articulação entre os diferentes benefícios e os serviços de assistência social³

PRINCIPAIS DESAFIOS E LIMITES DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:

- 1.** A renda não é a única forma de expressão da pobreza. Seu caráter multidimensional deve ser tratado com políticas integradas de inclusão social efetiva e garantia de serviços básicos. O amplo diagnóstico produzido pelo Cadastro Único deve ser base de políticas sociais sustentáveis.
- 2.** Sua falta de articulação com políticas mais intensas de emancipação torna quase que permanente um programa de caráter transitório. A garantia de renda que caracterizados programas de transferências é, na maior parte dos casos, insuficiente para causar efeitos dinamizadores que permitiriam às famílias sair da pobreza.⁴

consequências disso

Apesar de ter reduzido a desigualdade social, o Brasil ainda não alcançou a emancipação dos beneficiários dos programas de transferência de renda.

o que fazer para mudar essa situação

Promover políticas de emancipação das populações de baixa renda beneficiárias de programas de transferência de renda, para que ofereçam oportunidades pautadas em educação, formação profissional e inclusão produtiva.

como?

- Expandir e aprimorar o cadastro único de programas sociais, visando traçar o perfil de necessidades e potencialidades das famílias pobres.
- Propor políticas públicas transversais e integradas nas três esferas do poder público, a partir da sistematização das informações advindas do Cadastro Único.
- Valorizar e customizar os Programas Complementares, pautados na educação, formação profissional e inclusão produtiva.
- Os programas de transferência de renda, notadamente o Bolsa Família, devem manter suas condicionalidades ligadas ao reforço dos direitos sociais básicos de saúde e educação, como por exemplo, a exigência de manter os filhos na escola. É preciso que essas condições sigam norteando a concessão dos benefícios, de forma a garantir um futuro emancipado às próximas gerações das famílias favorecidas.
- Criar projetos e programas de capacitação e inserção produtiva, articulados com a assistência social para garantir a emancipação aos beneficiários de políticas sociais.

2 SAÚDE COMO PRIORIDADE ORÇAMENTÁRIA

O país deve investir na saúde pública, garantindo a cobertura universal de qualidade para todos os cidadãos.

Implantar, imediatamente, o aumento do aporte federal para o SUS, até atingir, no mínimo, o percentual que está previsto na regulamentação da emenda constitucional 29/2007 e garantir que estados e municípios cumpram o mesmo.

GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NO BRASIL E NO MUNDO:

- Os gastos públicos com a saúde no Brasil estão abaixo da média mundial
- No Brasil, a participação do Estado no financiamento da Saúde é baixo se comparado aos países com modelos públicos de atendimento de acesso universal, como o SUS.
- Em escala mundial, o Brasil está em situação desfavorável à média global na relação de gastos com saúde com o orçamento federal total

Gastos por cidadão (2010)¹:

Média mundial: US\$ 571

Média no Brasil: US\$ 466

Gastos com saúde X Orçamento federal total (2011)²:

Média mundial: 11,7%

Média no Brasil: 8,7%





Participação do Estado no financiamento da Saúde em países com modelos públicos de atendimento de acesso universal, como o SUS:

REINO UNIDO		84%
SUÉCIA		81%
FRANÇA		78%
ALEMANHA		77%
ESPAÑA		74%
CANADÁ		71%
AUSTRÁLIA		68%
ARGENTINA		66%
BRASIL		44%

consequências disso

O país não consegue garantir uma saúde pública eficaz e universal.

o que fazer para mudar essa situação

Aumentar o aporte e a eficiência dos recursos públicos destinados aos investimentos em saúde pública no Brasil.

como?

- Aumentar os repasses vinculados à saúde nas três esferas do poder público.
- Garantir o cumprimento Emenda 29 da Constituição Federal, que assegura volumes mínimos de investimentos em saúde por estados e municípios.
- Implantar sistemas de gestão por resultado, com avaliações constantes da eficácia dos investimentos realizados.

O volume de recursos para o SUS no Brasil é ditado, prioritariamente, pela **Emenda 29** da Constituição Federal. A União deve investir o montante do ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto, os estados precisam aplicar 12% do que arrecadam anualmente em impostos e os municípios precisam investir 15% de sua receita.

1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2013.

2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE E BBC BRASIL.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Garantir maior eficiência de atendimentos na área de Saúde a partir de:

1. planos de carreira para profissionais da saúde;
2. educação continuada para profissionais da saúde;
3. transparência na gestão dos serviços e recursos;
4. planejamento de fluxos operacionais;
5. articulação de toda a rede de serviços de saúde no país;
6. indicadores de desempenho integrados com os sistemas de informação e acompanhamento da evolução dos pacientes da rede pública de saúde.

O SUS – Sistema Único de Saúde - é resultado de 30 anos de luta pelo direito à saúde, e pode ser considerado a maior política em construção no Brasil.

Apesar dos inegáveis avanços, ainda é necessário superar problemas atuais, como: (I) subfinanciamento na saúde, (II) gestão ineficiente de recursos, (III) precarização nos processos de trabalho das equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF, (IV) baixo investimento na formação de profissionais para a saúde, (V) predomínio de um modelo centrado nos hospitais e nos insumos biomédicos, (VI) desigualdades regionais, (VII) falta de conectividade entre as políticas de governo, (VIII) insuficiência de projetos de prevenção e promoção da saúde.

Considera-se que **o subfinanciamento do SUS é, atualmente, o principal limitador de uma melhoria na oferta do serviço público de saúde à população.**

Além da questão do financiamento, o SUS sofre com a gestão ineficiente do sistema. A atenção básica, porta de entrada do cidadão no sistema, está precarizada, e seu principal plano de expansão, qualificação e consolidação, a Estratégia de Saúde da Família, carece de recursos financeiros, técnicos e humanos para cumprir seu papel.

É fundamental orientar a rede de serviços de saúde, com o envolvimento dos estados e municípios, pela essência do SUS (universalidade e integralidade), onde a **Atenção Básica tenha papel estruturante na organização e articulação das ações e recursos.** Uma maior articulação entre os serviços e transparência, com integração informacional e acompanhamento de fluxos operacionais, possibilitaria maior racionalização do uso e melhor qualidade dos serviços de média e alta complexidades.

A formação, capacitação e evolução da carreira médica também demanda importantes ajustes. O país tem forte demanda por médicos generalistas, que possam atuar nas atividades de atenção básica. Mais além, a qualidade do trabalho do profissional deve ser avaliada de forma adequada, com sistemas de mensuração de desempenho apropriados. Estes profissionais devem ser estimulados a se capacitarem por programas de educação continuada e planos de carreira que permitam uma ascensão de acordo com seus resultados nas avaliações de desempenho e capacitação.

4

Utilizar os recursos dos fundos de pensão para o fomento das estratégias de desenvolvimento sustentável, por meio de propostas de políticas públicas que estimulem investimentos em infraestrutura e novos arranjos produtivos com forte viés socioambiental, que sejam diretos ou através do mercado de capitais, desde que respeitem os limites de exposição a risco e segurança dos beneficiários dos fundos.

A previdência complementar é atividade em expansão no país. Diferentemente da Previdência Social Básica, a Previdência Complementar funciona sob uma lógica voluntária e de capitalização, na qual a propensão dos cidadãos à formação de poupança gera acúmulo de recursos financeiros na instituição gerenciadora do plano. O fato de não haver transição intergeracional, como no caso da previdência pública, faz com que exista um importante montante em poder de tais instituições.

No caso do Brasil, seja na forma aberta ou fechada, esta última representada pelos Fundos de Pensão, a Previdência Complementar tem grande potencial de estímulo econômico. Se usados de forma racional na economia, tais recursos podem representar um acréscimo à poupança nacional e impulsionar investimentos, fomentando, assim, o desenvolvimento de infraestrutura e suportando uma nova economia real, com forte base socioambiental.

É importante garantir a gestão responsável dos fundos de pensão. Conflitos de agência, embora inerentes à gestão patrimonial, devem ser mitigados. A recriação da Previc, em 2009, tem papel fundamental neste contexto regulatório, dado o crescimento esperado do mercado, seu potencial de impulso ao crescimento econômico do Brasil e a demanda por segurança advinda dos participantes.

No fim do primeiro semestre de 2013, havia mais **de 12 milhões de contratos ativos nas Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC, somando valor de R\$ 354 bilhões**. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, ou Fundos de Pensão, concentravam 2,3 milhões de participantes ativos, somando valor aplicado de cerca de R\$ 630 milhões. Desta forma, o valor total de recursos do Regime de Previdência Complementar era, em junho de 2013, de cerca de **R\$ 984 bilhões, ou pouco mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado dos últimos 12 meses** até essa data.

Estreitar vínculo entre contribuição e benefício da Previdência, por meio da migração estratégica do sistema de repartição simples para um regime, predominantemente, de capitalização.

O panorama do sistema previdenciário brasileiro é composto por três modelos de regimes, sendo dois deles representativos da previdência social básica, operada por órgãos públicos – Regime Geral e Regimes Próprios– e um terceiro operado pela iniciativa privada – Regime Complementar.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tem se revelado a principal ferramenta de distribuição de renda no país. Segundo estudo do Ministério da Previdência Social, foram pagos, em 2012, cerca de 29 milhões de benefícios mensais sob este regime, de forma que 2 de cada 3 cidades brasileiras recebem mais recursos oriundos de benefícios previdenciários que do Fundo de Participação dos Municípios.

A Constituição de 1988 havia introduzido uma série de regras generosas, por padrões internacionais, que provocariam um impacto significativo sobre as despesas previdenciárias na década seguinte. No início da década de 1990, este impacto foi atenuado por meio da subindexação de benefícios, no contexto de

altas taxas de inflação, mas a partir do Plano Real, não foi mais possível ajustar os desequilíbrios estruturais da Previdência por meio da política de indexação dos benefícios. O equilíbrio da Previdência passa a requerer reformas, tanto estruturais quanto paramétricas, no desenho do plano previdenciário. Ao contrário da experiência de outros países latino-americanos, o Brasil optou por manter o regime previdenciário na forma de repartição simples.

O exemplo mais contundente do exagerado nível de gastos é o caso das pensões por morte. Atualmente, **o país gasta cerca de 3% do PIB com tal benefício. O Brasil é um dos países do mundo que mais gasta com o pagamento de pensões por morte.** O resultado geral do sistema é, também, fortemente afetado pela previdência no meio rural, onde o vínculo entre contribuição e direito ao benefício é ainda mais frágil, acarretando na maior parte do déficit do sistema previdenciário nacional.

Para arcar com tais benefícios, seria necessário que o país se encontrasse em um processo de crescimento

econômico elevado, acompanhado de relevantes ganhos de produtividade que compensem uma menor representatividade da População Economicamente Ativa (PEA) em relação ao total da população. Não é o que se observa nos últimos anos.

As ondas de reforma previdenciárias promovidas até então, através das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, além da Lei nº 9.876/1999, promoveram importantes alterações. Porém, tais mudanças sequer aproximaram o sistema do equilíbrio.

Fica evidente a necessidade de uma reforma mais estrutural no sistema previdenciário brasileiro. O Brasil é um dos poucos países no mundo, por exemplo, onde existe aposentadoria por tempo de contribuição, sob a figura do fator previdenciário. Isto, somado aos gastos elevados com auxílios e pensões, evidencia a necessidade de mudanças mais profundas nas regras do sistema.

Uma reforma nos regimes públicos de previdência passa pela renegociação de obrigações e direitos com a sociedade.

O Brasil gasta cerca de 3%
do PIB com pensões por morte

DEMAIS PROPOSTAS

SAÚDE E BEM-ESTAR HUMANO

- Priorizar investimentos em programas e projetos para promoção da saúde e prevenção de doenças, apoiada por planos articulados com outros setores (educação, meio ambiente, etc.) para atuar nas causas e ir além das consequências.
- Ampliar a capacidade de prevenção da Vigilância Epidemiológica visando evitar o excesso de gastos em medicamentos.
- Promover articulação entre as três esferas de governo para atuação preventiva e combate à disseminação da dengue, hepatite e outras doenças.
- Orientar a rede de serviços de saúde, com o envolvimento dos estados e municípios, pela essência do SUS (universalidade e integralidade), estabelecendo como eixo estruturante a Atenção Básica na organização e articulação das ações e recursos.
- Garantir que as redes públicas de saúde, ambulatorial e hospitalar, atuem com eficiência nas situações de emergência, através da oferta de equipamentos adequados, profissionais especializados e utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e de tratamento, que sejam complementares à atenção básica, garantindo a sua resolutividade e qualidade.
- Articular os serviços estatais, serviços filantrópicos, serviços de organizações sociais e outros serviços privados que queiram trabalhar sob a orientação dos princípios e autoridade do SUS e abertos à participação e acompanhamentos dos conselhos populares de gestão.
- Assegurar e monitorar que as pessoas portadoras de deficiência tenham acesso efetivo à saúde.
- Orientar que os governos federal, estadual e municipal foquem investimentos na atenção primária e na descentralização como forma de melhorar significativamente a eficiência da aplicação dos recursos no SUS.
- Redefinir a política pública de assistência à saúde privada, visando à maior racionalização de uso, com sistema solidário de coparticipação, alinhada e articulada com as políticas públicas voltadas à saúde pública.
- Desenhar e executar uma Política de Assistência Farmacêutica priorizando a rede básica de saúde, com ênfase na modernização e adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos, na produção de fármacos, medicamentos, com ênfase nos genéricos e fitoterápicos, ampliação do acesso a medicamentos básicos e expansão das Farmácias Populares.
- Reorientar e integrar políticas setoriais capazes de promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida, visando criar ambientes e territórios saudáveis.
- Proteger os indivíduos, por meio de políticas públicas integradas, contra ameaças à saúde advindas de situações inaceitáveis de miséria e de pobreza.

- Fortalecer, aprimorar e ampliar a atuação territorial da Estratégia de Saúde da Família, visando estimular seu potencial humanizador do cuidado no atendimento, contribuindo assim para a redução da procura por serviços e hospitais e para a efetiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.
- Formar profissionais de saúde priorizando médicos generalistas, enfermeiros, assistentes sociais e profissionais voltados à saúde para infância, e criar carreira para os integrantes do Programa de Saúde da Família feita de forma solidária entre governos federal, estaduais e municipais.
- Garantir a integração da informação relativa aos pacientes em todas as redes de serviços de saúde, visando melhorar o atendimento, reduzir e eliminar as filas.
- Garantir o pré-natal e o parto humanizado no SUS e na rede particular, tendo como objetivo a redução da violência obstétrica nas maternidades e hospitais do país.
- Diminuir o número de cesáreas no Brasil – que chega a 92% na rede particular e 44% total segundo o relatório global da UNICEF Situação Mundial da Infância 2011, o mais alto índice do mundo - afim de atender a orientação da Organização Mundial de Saúde que é de até 15% de partos operatórios.
- Garantir aos quilombolas e povos indígenas o efetivo acesso integral a saúde.
- Incentivar o uso de tratamentos e métodos mais simples, baratos e com base em elementos da medicina tradicional como a fitoterapia, a acupuntura, a homeopatia, alimentação saudável, práticas corporais e integrativas na rede pública como previstos nas portarias 971 e 853 do Ministério da Saúde, incluindo-as na base do sistema público de saúde.
- Destinar recursos de acordo com as diferenças regionais e valorizar os entes federativos que logrem gestão eficiente do sistema, fomentando consórcios municipais ou arranjos locais com foco na demanda/ estrutura, isto é, a alocação dos recursos próxima à demanda a fim de favorecer a cooperação entre municípios e a gestão.
- Criar mecanismos que garantam que os Planos Municipais de Saúde sejam elaborados sob critérios técnicos precisos e de forma estratégica, garantindo a adequada destinação e uso de recursos para cada um dos blocos definidos no Pacto pela Saúde e comprometendo-se com resultados.
- O acompanhamento das políticas públicas na Saúde deve acontecer de forma plena e a gestão deve ser compartilhada por meio dos Conselhos de Saúde.
- Disseminar os programas de conscientização e prevenção de uso de drogas, criando, nos encontros urbanos, centros de tratamento para drogadição e distúrbios mentais relacionados, articulados com a integração social dos pacientes.

PREVIDÊNCIA

- Valorizar a Previdência Social Básica como um relevante mecanismo de Proteção Social, conforme artigos 44 e 201 da Constituição Federal, a partir da peculiaridade de três grupos: (1) os jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho; (2) os adultos do setor privado e público que estão na ativa e possuem direitos adquiridos de aposentadoria pelas regras atuais; e (3) os cidadãos que já se encontram aposentados e demandam regras claras na recomposição do valor de seus benefícios.
- Garantir a participação e controle social dos benefícios previstos nos regimes de Previdência Social Básica e do fator previdenciário, visando à viabilidade econômico-financeira do sistema no longo prazo.
- Revisar os critérios de concessão, manutenção e operação do sistema previdenciário, intensificando o controle contra fraudes.
- Readequar as fontes de financiamento e dos benefícios da Previdência Social Rural, levando em conta as particularidades do ambiente laboral no campo e diferenciando o orçamento assistencial, baseado em testes de necessidade, da característica seguradora própria da previdência.
- Definir regras claras para o reajuste dos benefícios e adaptação do sistema à estrutura etária da população, incluindo revisão de todos os critérios de concessão de pensões, especialmente por morte, visando à probidade e a boa gestão dos recursos públicos.
- Aumentar o controle sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), visando eliminar fraudes e o desequilíbrio atuarial da previdência do funcionalismo público nas 3 esferas.
- Incentivar à poupança sob o Regime de Previdência Complementar (RPC) e o planejamento familiar.
- Fortalecer o sistema de regulação dos planos de previdência privada e da aplicação dos recursos pelas entidades gestoras.
- Definir regras claras de governança corporativa para os fundos de pensão, que minimizem conflitos de agência e reduzam a exposição ao risco.
- Estabelecer opções de aplicação e acompanhamento de recursos previdenciários de natureza individual, como FGTS e PIS, dentro dos princípios de integridade e segurança das aplicações.

TERCEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

- Dar maior eficácia, eficiência e efetividade às políticas e programas sociais hoje disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal), consolidando-os, integrando-os e orientando-os prioritariamente para o atendimento das famílias mais pobres do país.
- Garantir que programas educacionais e de formação básica e profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia nacional de erradicação da pobreza. Integrar o funcionamento de diferentes sistemas de oferta de programas sociais hoje existentes que operam em nível federal, estadual e municipal em uma única rede e descentralizada, com dados dos serviços público e privado. Esta rede deve ser voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do país, que constam no Cadastro Único para os Programas Sociais.
- Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único, fornecer informações sobre deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais, estabelecer com a família o Plano de Desenvolvimento Familiar, demandar junto aos produtores de programas e serviços a participação das famílias e acompanhar e estimular a evolução da família no alcance das metas por elas definidas.
- Desenvolver e implementar a capacitação do agente de desenvolvimento familiar e que este atue de forma integrada com os demais agentes comunitários.
- Avançar para além de um Estado unicamente provedor para um Estado mobilizador.

1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DA CULTURA

Educação em tempo integral que estimule a multidisciplinaridade e a integração das políticas de educação e cultura nas práticas pedagógicas.

Instituir educação em tempo integral que promova a intersecção das políticas de educação e cultura para que esta tenha papel relevante nas práticas pedagógicas, priorizando a multidisciplinaridade e reafirmando a importância da Cultura como campo de conhecimento, porém sem abordá-la de forma utilitária.



MÉDIA DE HORAS-AULA DIÁRIA EM 2013 – TOTAL BRASIL¹



Em 2013, as matrículas no ensino fundamental (1º ao 9º ano) em tempo integral correspondiam a apenas **12%** do total nesse nível em todo o País²

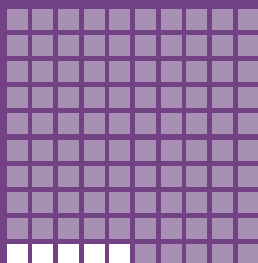
O Brasil tem a menor média de estudo por habitante entre os países da América do Sul. São **7,2 anos**, contra os 9,7 anos no Chile; 9,3 anos na Argentina e 9,2 anos na Bolívia³

2 CULTURA DESCENTRALIZADA COM RECONHECIMENTO À DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL

O desenvolvimento constante das práticas artísticas e culturais deve ser o reflexo de políticas que estimulem a fruição, a formação de público e que ampliem a oferta de bens culturais em todo o território brasileiro.

Aprimorar e fortalecer programas de cultura, com base no reconhecimento dos territórios de diversidade socioambiental.

A despesa média mensal familiar com Cultura no Brasil é de R\$ 106,32¹



Este valor representa 5% das despesas totais das famílias



Gasto médio mensal com Cultura de acordo com a renda:

R\$ 25,37

FAMÍLIAS COM SALÁRIOS ATÉ R\$ 830

R\$ 456,27

FAMÍLIAS COM SALÁRIOS ACIMA DE R\$ 6.000

Uma quantia **menor** do que a gasta em alimentação, transporte e vestuário, porém **maior** que a despesa com educação

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Implementar e acompanhar o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Cultura (com descentralização da gestão), atualizar informações e indicadores culturais e fazer levantamento das expressões culturais do país.

estabelecer princípios
e diretrizes comuns
para a cultura

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei federal nº 12. 343, de 02.12.2010, estabeleceu 53 metas para 2020, dentre as quais as três primeiras abordam: a formação de um Sistema Nacional de Cultura, a atualização de informações e indicadores culturais e o levantamento da cartografia e expressões culturais por todo país.

O objetivo do sistema é estabelecer princípios e diretrizes comuns, dividir as atribuições e responsabilidades entre os entes da federação, montar um esquema de repasse de recursos e de criar instâncias de controle social das políticas do setor.

A falta de dados atualizados sobre as produções e expressões artísticas dificulta a análise de um cenário real da dimensão cultural do país. Isso constitui um obstáculo para a elaboração de políticas públicas.

Os últimos levantamentos oficiais sobre cultura são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010 (referente à Indústria da cultura), e do Ministério da Cultura (referente ao uso e quantidade de aparelhos culturais por região), também de 2010.

As tentativas de censo são esparsas e não estão centralizadas em uma base de dados universal.

Esta questão é central e primordial para reposicionar a cultura como eixo de desenvolvimento. Para tanto, torna-se imperativo o **estabelecimento de parcerias sólidas e perenes com órgãos de pesquisa, como IBGE e IPEA**, para a coleta constante de dados nacionais sobre cultura, além de parcerias com observatórios em universidades, a fim de garantir também a **transversalidade e intersetorialidade** na análise desses dados. Para a realização do cruzamento de dados e formulação de políticas que atendam às demandas da agenda prioritária da cultura, deve-se **valorizar o profissional na área pública**, realizando concursos para profissionais especializados que façam a leitura destes dados. Outra opção seria a criação de um organismo dentro do Ministério da Cultura ao qual se possa atrair profissionais, devidamente qualificados, para ajudar a emulação dessas informações.

4

Investir na conservação do patrimônio histórico e cultural via acervo material, com restauração e manutenção de monumentos; e imaterial, com a valorização de manifestações da cultura tradicional e regional e desenvolver um programa de digitalização da memória da arte e cultura brasileira.

L	S	O	C	I	
E	M	A	R	C	
Q	7	8,	9	%	DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NÃO TÊM MUSEUS
O	R	D	A	N	
I	A	O	M	E	
S	J	F	A	T	
O	E	1	2	%	É A: PORCENTAGEM DE MUSEUS DO PAÍS QUE ESTÃO NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE
E	R	L	A	G	

Cultura é um patrimônio construído no passado, é o processo em fluxo de produzir e inovar, e é também projeto de conservar e transmitir o adquirido e ao mesmo tempo renová-lo e ampliá-lo. A capacidade de fazer isso depende de meios, recursos e técnicas.

Muitas instituições culturais que têm a aptidão de preservar a memória cultural, como os museus, enfrentam dificuldades financeiras e materiais, o que tem provocado o fechamento destes, além de várias destas instituições estarem em situação precária. Existe pouca valorização desses espaços culturais na sociedade e intensa concentração nas regiões mais abastecidas de aparelhos culturais no país.

Em 2011, o **Instituto Brasileiro de Museus divulgou que havia no país 3.025 museus**. De acordo com a publicação "Museus em Números", **67% estão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste**. No estado de São Paulo, há 517 museus, seguido do Rio Grande do Sul, com 397, e Minas Gerais, com 319. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste estão 12% dos museus. São seis em Roraima e nove no Amapá. **A publicação do Instituto mostra também que dos 5.564 municípios, em 78,9% deles não há museus.**

O Estado deve se preocupar em manter e conservar a memória da cultura brasileira.

O Brasil enfrenta muitas dificuldades devido à ausência de memória no próprio Ministério da Cultura. Por isso, é importante criar um programa nacional de digitalização e construção da memória da arte e da cultura brasileira, considerado um passo fundamental para a transformação dos setores relacionados à cultura no país, pois ela não ocorrerá se não houver conservação. É importante também que instituições e fundos nacionais destinados à conservação recebam apoio e subsídio – financeiro e de capital humano -, para que mantenham essas atividades.

Aprimorar o dispositivo de incentivo privado via renúncia fiscal (Lei Rouanet), fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, e apoio à aprovação da PEC 150 que garante o patamar de investimento na cultura.

Dentre as leis em vigor para a destinação de recursos financeiros para a cultura, destacam-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91, popularmente chamada de Lei Rouanet), a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93), além de editais periódicos para projetos específicos.

O Brasil tem um sistema misto de financiamento da Cultura, com: recursos públicos a fundo perdido (investimento realizado sem expectativa de retorno), recursos incentivados por meio da legislação de incentivo fiscal e recursos privados de empresas (mediante patrocínio corporativo).

descentralizar e
desburocratizar
a avaliação dos
projetos culturais

A hegemonia da Lei Rouanet como o grande instrumento de financiamento da cultura contribuiu para a desresponsabilização do Estado na formulação de políticas públicas culturais, permitindo que empresas assumissem um papel que não lhes pertence. Apesar da importância da lei federal de incentivo à cultura, esta contribuiu para perversões e assimetrias. Para superar esse quadro, é necessário que o Estado resgate seu papel de formulador de políticas, neutralizando a força dos lobbies que apoiam marcos legais sempre favoráveis à indústria cultural em detrimento da diversidade, das culturas tradicionais e da produção cultural das minorias.

É importante descentralizar e desburocratizar a avaliação dos projetos sujeitos ao incentivo. Devem-se criar órgãos de avaliação municipais e estaduais que já têm em seu radar os projetos passíveis do incentivo, como curadores regionais. Deve-se expandir, sofisticar e aprofundar as medidas de incentivos à cultura no país, modificando a abordagem do Estado e do MinC para projetos de porte e finalidade diferentes, sendo que para aqueles com alcance regional, pode-se analisá-los em instâncias estaduais, para agilizar e desburocratizar o processo.

Além dos editais e isenções fiscais, é preciso criar condições para que a produção artística se sustente para além da duração dos recursos e, ainda, criar um sistema perene de fomento à cultura. É necessário que se criem condições adequadas a partir de um cenário isonômico e um quadro de igualdade de oportunidades por meio de critérios bem estabelecidos. Além disso, descentralizar os incentivos, levando-os para regiões menos abastecidas e também "interiorizá-los". O incentivo e apoio a um calendário regional de atividades culturais é uma forma de se dinamizar a economia local e descentralizar a produção cultural.

Um dos caminhos, portanto, é a **defesa da aprovação da PEC 150, que prevê o repasse anual de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento dos estados e do Distrito Federal e 1% do orçamento dos municípios, de receitas resultantes de impostos, para a cultura.** Por meio destes recursos, fortalecer o Fundo Nacional de Cultura.

DEMAIS PROPOSTAS

CULTURA COMO EIXO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

- Considerar a Cultura como eixo estratégico de desenvolvimento.
- Reforçar a transversalidade do Ministério da Cultura para a realização de parcerias com outros ministérios;
- Formular, implantar, monitorar e avaliar políticas públicas culturais integradas a políticas públicas intersetoriais, permitindo a construção de ciclos econômicos virtuosos para a criação, produção, distribuição e consumo/fruição de bens e serviços culturais em todas as regiões brasileiras e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.
- Cultura como meio primordial para o enraizamento de valores, como cultura de paz, tolerância e respeito às diferenças e como parte integrante de um contexto socioambiental.
- Estabelecer uma agenda comum para a cultura, entendendo-a como forma de empoderamento e de formação crítica da sociedade, estabelecendo as prioridades de investimento, a fim de superar a fragilidade do Ministério da Cultura.
- Integrar a questão socioambiental ao planejamento das políticas e projetos públicos de cultura.
- Promover a diversidade cultural na centralidade das políticas públicas do país.

CULTURA COMO DIMENSÃO SIMBÓLICA

- Abordagem de políticas para as Artes relacionadas à educação, formação, produção, circulação e difusão.
- Garantir o apoio a projetos culturais em áreas com baixo acesso a equipamentos culturais.
- Oferecer bolsas para pesquisadores e professores, a fim de incrementar a produção acadêmica no campo cultural, de forma a incidir sobre formulação de políticas públicas e estimular a inovação na área.
- Apoiar e subsidiar as atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário que tenham dificuldade de se viabilizar através dos mecanismos de mercado.

CULTURA COMO DIMENSÃO DE CIDADANIA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE

- Fortalecer da autonomia, do protagonismo e do empoderamento sociocultural
- Fortalecer os meios para preservação das tradições culturais regionais.
- Fomentar a cultura pelo desenvolvimento local ao estabelecer e incentivar a periodicidade e regularidade de eventos culturais, como um calendário permanente de eventos regionais, como ferramenta para movimentar a economia de municípios.
- Estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica e das novas tecnologias de informação que propiciem uma democracia mais participativa.
- Garantir para cada grupo cultural espaço próprio de participação política, de respeito e de atenção às suas demandas específicas, ou seja, uma porta de entrada para suas reivindicações no governo federal. (Os Conselhos de Políticas para as Mulheres e da Juventude, as Conferências de Direitos Humanos e de LGBT são exemplos de instrumentos na luta contra a discriminação e na melhoria da elaboração de políticas para públicos específicos.)
- Reforçar as políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas para negros, como parte de um processo de restauração de equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias.
- Promover e fomentar trocas de experiências, intercâmbios, livres expressões e manifestações culturais, espaços permanentes, redes sociais, organizações juvenis e movimentos sociais.
- Garantir que as políticas públicas culturais sejam formuladas de modo a estimular o respeito às diferenças e com o objetivo de eliminar todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, homofobia ou outra.
- Reconhecer e respeitar os direitos, os conhecimentos, as inovações, as práticas, as tradições e as formas próprias de organização social dos povos indígenas.
- Garantir aos povos indígenas seus territórios e seu direito ao acesso e uso dos recursos naturais que

formam a base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

- Criar estrutura adequada para a efetiva participação dos povos indígenas na tomada de decisão das políticas que lhes dizem respeito, participando inclusive da formulação de leis e políticas públicas.
- Identificar e implementar formas adequadas para o acesso dos povos indígenas às políticas e aos recursos públicos.
- Apoiar os processos de gestão ambiental nos territórios indígenas.
- Solucionar os conflitos fundiários entre fazendeiros e povos indígenas mediante a indenização justa, quando for o caso, e a garantia de territórios segundo critérios que atendam às necessidades das comunidades indígenas, promovendo uma política de recuperação ambiental desses territórios.
- Avançar na identificação, discriminação e destinação de terras públicas (devolutas ou não) relevantes para povos e populações tradicionais e conservação da biodiversidade.
- Desenvolver estratégia para reforçar e integrar as ações dos órgãos de gestão fundiária, territorial e socioambiental no país (Incra, ICMBio, SFB e Funai) e promover a integração econômica dos territórios indígenas com seu entorno por meio de programas de desenvolvimento territorial, local e sustentável.
- Ampliar disponibilidade de recursos permanentes e em escala apropriada para atender à área do território nacional sob gestão indígena, para implementar a Política Nacional de Gestão Ambiental dos Territórios Indígenas – PNGATI.
- Regulamentar a Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT) e ampliar as possibilidades de controle e negociação dos povos indígenas sobre os projetos de alto impacto, mitigação e compensação dos impactos socioambientais.
- Atuar politicamente junto ao Congresso Nacional para rejeitar as iniciativas que visam retirar do Poder Executivo federal a competência constitucional e administrativa sobre o processo de demarcação e homologação de terras indígenas, como a Proposta de Emenda Constitucional 215.
- Desenvolver política de intercâmbio cultural (turismo, culinária, cinema, feiras, música, artesanato, conhecimentos tradicionais) e científico que promova o reencontro propositivo entre a sociedade não-indígena e os povos, as práticas culturais e costumes indígenas no Brasil.
- Formular e implementar uma política de incentivos econômicos aos serviços socioambientais mantidos pelos territórios indígenas (pagamento por serviços ambientais, mecanismos como o Fundo de participação dos Estados – FPE Verde e ICMS Verde).
- Desenvolver mecanismos preventivos para evitar e solucionar conflitos entre política indigenista e políticas setoriais desenvolvimentistas (energética, mineração, transporte e agropecuária).
- Garantir a demarcação de terra indígena em áreas urbanas e criar políticas públicas integradas para acesso à infraestrutura e serviços básicos, respeitando suas tradições culturais.
- Manter e aperfeiçoar o Decreto federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e os processos de reconhecimento dos territórios quilombolas, nas áreas rurais e nas áreas urbanas.
- Identificar e implementar formas adequadas às culturas quilombolas para o acesso às políticas e aos recursos públicos.
- Planejar, implementar, manter e aperfeiçoar um banco de dados único, nacional, de acompanhamento estatístico específico sobre as comunidades quilombolas.
- Incentivar a criação de mecanismos preventivos para

evitar e solucionar conflitos entre política quilombola e política ruralista.

- Atuar junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para agilizar as conciliações.
- Incentivar e propor acordos por meio de conciliação ou mediação.
- Compartilhar as boas práticas, projetos, ações, experiências bem sucedidas decorridas dos processos de conciliação.
- Promover a implementação de projetos locais de educação cidadã nas comunidades quilombolas pelo direito à propriedade, cultura, saúde, moradia.

CULTURA COMO DIMENSÃO ECONÔMICA

- Estabelecer uma política de estímulo à cadeia produtiva da cultura como dimensão da economia nacional, fomentando a economia criativa com objetivo de contribuir para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro.
- Quantificar o PIB real da cultura, considerando a economia formal e informal.
- Desenhar políticas voltadas para o produtor cultural independente.
- Estimular a economia criativa, a criação e popularização de cursos na área de gestão e difusão cultural em novas mídias.
- Ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento, respeitando os direitos do criador e o interesse público pelo acesso a toda a diversidade cultural brasileira.
- Desenvolver mecanismos que contribuam para a efetiva utilização das obras para fins educacionais, culturais, científicos e de preservação do patrimônio cultural.
- Encaminhar prontamente o anteprojeto de reformulação da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de

1998, (Lei de Direitos Autorais), com fortalecimento da participação pública, e variedade na oferta de licenças em Creative Commons, inclusive de documentos públicos.

SOCIOBIODIVERSIDADE ASSOCIADA A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Promover pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de organização social, e formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação Federais, tendo como gestor o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT e as instituições estaduais, municipais e ONGs especializadas no tema.
- Garantir o acesso das comunidades tradicionais aos recursos naturais necessários à sua subsistência e produção sustentável, existentes em espaços públicos e privados.
- Proteger os insumos naturais necessários à subsistência e produção sustentável em comunidades tradicionais, existentes em terras públicas e privadas.
- Incentivar a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais em todas as fases de desenvolvimento e divulgação de pesquisas, e estudo da efetividade das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS e Florestas Nacionais – Flonas, como espaços territoriais onde os povos são detentores de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica reconhecido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e implementar as parcerias necessárias com instituições científicas e acadêmicas para maximizar a consecução dos seus objetivos.

- Promover ações necessárias ao equacionamento dos conflitos entre as restrições da legislação das unidades de conservação e as comunidades tradicionais que nelas habitam.
- Organizar e promover eventos com objetivo de disseminar informações sobre determinado grupo cultural, como por exemplo, o Festival Nacional de Manguezais que integra o Projeto Manguezais do Brasil (GEF Mangue) e o Seminário Comunidades Tradicionais.
- Fazer a gestão e mediar os conflitos existentes entre as comunidades tradicionais e produtores rurais ou trabalhadores de grandes empreendimentos de impacto socioambiental.

GESTÃO CULTURAL

- Estimular produção de dados que dará suporte à formulação de políticas que consolidarão as conexões entre cultura e desenvolvimento local e regional no Brasil
- Firmar relação constante com o IBGE, IPEA e INEP, a fim de se obter dados consolidados e centralizados sobre indicadores Culturais, ou criar órgão interno ao MinC para a coleta e cruzamento de dados de Cultura; Criar observatórios de Cultura em universidades federais e parcerias para garantir a transversalidade dos acúmulos de dados.
- Ampliar e apoiar o Observatório Nacional da Economia Criativa (OBEC) e os Observatórios Estaduais de Economia Criativa (OBECES), para que estejam presentes em todo o território brasileiro e produzam conhecimento sobre as culturas brasileiras, a partir da experiência dos atualmente existentes: na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Nacional de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS).
- Estimular a criação e estruturação de órgãos municipais e estaduais exclusivos e ampliar a descentralização de políticas públicas de cultura, fazendo uso de novas formas de participação como redes sociais.
- Repensar a forma de gestão dos contratos e convênios com as organizações e artistas vinculados a Programas do Ministério.
- Fomentar política nacional integrada entre os entes federais para criação de fontes de financiamento e repasses de recursos para construção e manutenção de espaços culturais.
- Investir na formação dos agentes culturais para participação em editais, uso dos recursos públicos e prestação de contas.
- Melhorar canais de comunicação entre Ministério e organizações culturais, e criar mecanismos para descentralizar a gestão dos investimentos.
- Adotar um modelo gerencial semelhante ao CNPq, vitalizando a atividade com consultores "ad hoc" credenciados para avaliar projetos.
- Criar novas formas de repasse de recursos públicos para organizações culturais e gestão dos mesmos (como prêmios e editais).
- Realizar novos concursos públicos para o Ministério da Cultura, valorizando os profissionais da área, a fim de corrigir a defasagem e fortalecer o Ministério.
- Garantir a universalização do acesso às políticas públicas de cultura, a criação de estruturas adaptadas ao respeito às diferenças culturais e regionais.

POLÍTICA EXTERNA PARA O SÉCULO 21

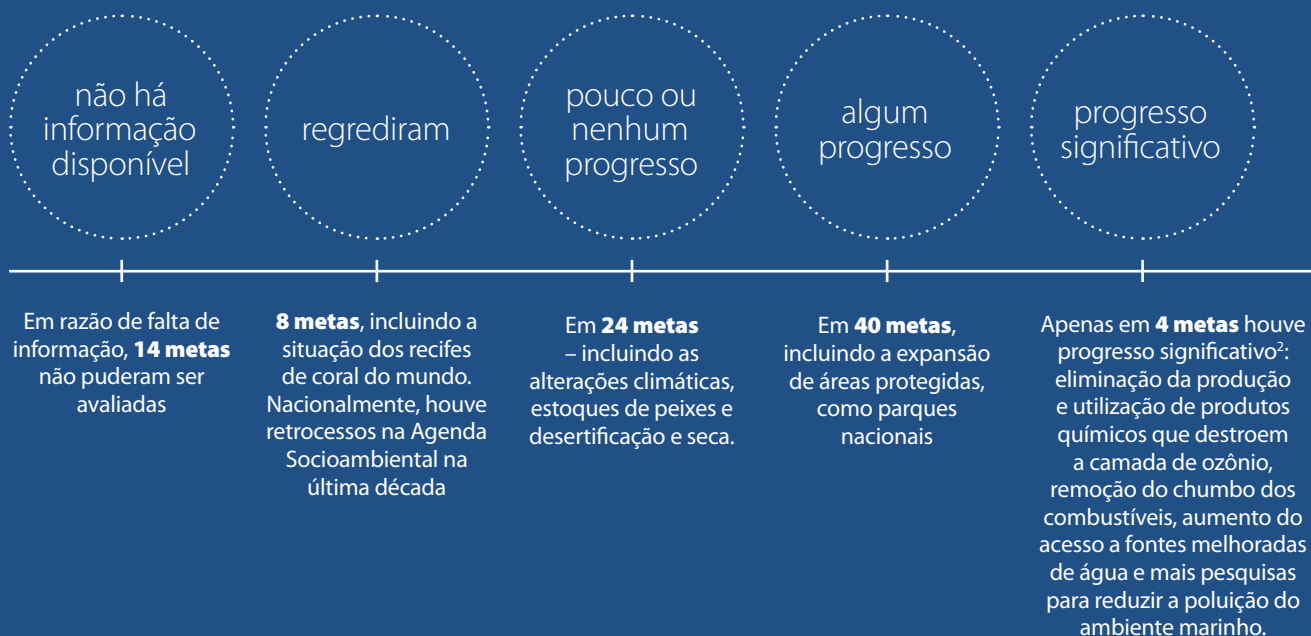
A P R A D I U R A Z A S E R
N R T A N E M E L H O U N A
R O U N A C A O M P Q S A R
I T M A I O D O C R U T I M
T E I **P** N N E M P A A E D O
G Ç E **O** I O M P O N L N A L
A Ñ G **L** C M O L U G I T O S
P O L **Í** T I C A C I D A D Ñ
L S A **T** O A R T F B A B R I
U O L **I** G R A A E R D I T T
R C H **C** H D C F I A E L E G
A I E **A** L O I O H S D I M A
M A I **E** C G A R C I E D I P
T L S **X** A E T M U L V A E L
R D A **T** M G H A L M I D G U
A O M **E** I D E N T I D E L R
N D I **R** E N E D U C A Ç Ñ O
S R E **N** A E D O R T I S D E
F I G **A** H P O R A J A G O H

1 POLÍTICA EXTERNA PELA SUSTENTABILIDADE

Posicionar-se como estado líder nas negociações globais sobre a promoção da sustentabilidade e ter a correspondente ação interna para incentivar uma economia de baixo carbono.

Posicionar-se como Estado/Sociedade líder nas discussões e negociações globais a respeito da promoção da sustentabilidade, mitigação das mudanças climáticas e adaptação as suas vulnerabilidades, incorporando os conceitos de Antropoceno e de limites planetários. Essa liderança internacional deve ser acompanhada da correspondente ação interna para incentivar uma economia de baixo carbono, inclusive promovendo a cooperação para a governança e gestão dos recursos naturais transfronteiriços.

DAS 90 METAS E OBJETIVOS AMBIENTAIS QUE SE TORNARAM REFERÊNCIA A PARTIR DA RIO 92¹:





O Brasil, que possui a maior biodiversidade do planeta, não vai participar da primeira rodada de negociações do Protocolo de Nagoya, acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade³



A lista inclui vários países do grupo dos chamados “megadiversos” como Índia, Indonésia, México, África do Sul e Peru. E alguns países mais ricos, como Espanha, Noruega, Suíça e a União Europeia



Com mais de 50 ratificações, a primeira reunião oficial (MOP 1) dos países membros do Protocolo de Nagoya será realizada paralelamente à COP 12, na Coreia do Sul



O texto do protocolo foi enviado pela Presidência da República ao Legislativo para ratificação em junho de 2012, porém desde março de 2013, quando foi criada uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar e encaminhar o protocolo à plenária para votação, não houve nenhum avanço

consequências disso

O Brasil tem posição conservadora na governança ambiental global. O país tem ignorado a tendência mundial para a sustentabilidade, como demonstrou após não ratificar o Protocolo de Nagoya. O país também ficou de fora do acordo de combate ao desmatamento assinado durante a Cúpula do Clima, realizada na ONU, em setembro de 2014.

o que fazer para mudar essa situação

O grande desafio do Brasil e da comunidade internacional é que os governos compreendam que desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade não podem ser tratados separadamente. O principal papel dos Estados é induzir práticas sustentáveis para modificar a natureza das empresas, por exemplo. Estas têm que receber sinais que a sustentabilidade é o foco para o Estado, adaptando-se a esta tendência.

como?

- Posicionar-se como Estado líder nas discussões e negociações globais a respeito da promoção da sustentabilidade, mitigação das mudanças climáticas e adaptação as suas vulnerabilidades, incorporando os conceitos de Antropoceno e de limites planetários.
- Incentivar ações internas para uma economia de baixo carbono, inclusive promovendo a cooperação para a governança e gestão dos recursos naturais transfronteiriços.
- Incentivar entre seus parceiros a economia de baixo carbono, aproveitando as vantagens comparativas do país e transformando-as em vantagens competitivas.

¹ A CONFERÊNCIA AMBIENTAL REALIZADA NO RIO DE JANEIRO CRIOU TRATADOS PARA O CLIMA, BIODIVERSIDADE E DESERTIFICAÇÃO, ALÉM DA AGENDA 21. ² RELATÓRIO DIVULGADO PELO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE "PANORAMA AMBIENTAL GLOBAL (GEO-5)" ³ HERTON ESCOBAR. "PROTÓCOLO DE NAGOYA ENTRARÁ EM VIGOR SEM O BRASIL". O ESTADO DE S.PAULO. 16/07/2014.

2 POLÍTICA EXTERNA PARA DEMOCRACIA

Reafirmar os princípios históricos democráticos da política externa, defendendo o multilateralismo que reconhece a importância do G20 e a promoção de alianças progressistas com países descarbonizantes.

Reafirmar os princípios históricos democráticos da política externa adaptando-os às transformações aceleradas do mundo. A defesa do multilateralismo e da reforma democratizante das instituições internacionais deve ir acompanhada pelo reconhecimento da importância e potencialidades do G20, pela abertura em relação aos tratados plurilaterais e pela promoção da formação de alianças progressistas, por exemplo, com países descarbonizantes.

Até o início de 2013, foram apresentados 543 acordos com ênfase no livre comércio mundialmente, dos quais 354 estavam em vigor. Pelo menos metade desse total foi assinado nos últimos dez anos – período que coincide com os insucessos da Rodada Doha¹

O Brasil é a 7^a economia do mundo e ocupa o 22^o no ranking de importação e exportação

O Brasil é signatário de apenas 3 acordos de livre comércio com: Palestina, Egito e Israel, sendo que apenas este último está vigente

Desde 2009, não há nenhum acordo para evitar a bitributação. Poucas empresas brasileiras estão integradas às cadeias produtivas globais, mostrando falta de percepção da nova realidade



consequências disso

- O modelo econômico brasileiro, altamente protecionista, limita sua capacidade de produzir cadeias industriais de valor sustentável, orientada pela economia de baixo carbono, que estejam interligadas com a economia regional e global.
- A posição conservadora do Brasil no G-20 reforça uma resistência ao avanço da governança global. Quando a União Europeia (UE) propôs, na Cúpula de 2009, que a mudança climática fosse o objetivo principal do grupo, assim como a governança econômica, o Brasil foi parcialmente responsável pelo insucesso dessa proposta.
- O Brasil está cada vez mais isolado e isso é resultado dos últimos 12 anos de política externa brasileira que levou o país a ficar prisioneiro do Mercosul e não avançar na formação de tratados bilaterais ou multilaterais de livre comércio. As decisões desses últimos anos enfatizaram a relação Sul-Sul e se distanciaram dos fóruns internacionais em relação à defesa dos direitos humanos.

o que fazer para mudar essa situação

A política externa brasileira deve buscar constantemente a autonomia e o desenvolvimento, bem como a defesa do multilateralismo, a reforma democratizante das instituições internacionais, acompanhada pelo reconhecimento da importância do G20, pela abertura em relação aos tratados plurilaterais e pela promoção da formação de alianças progressistas, por exemplo, com países descarbonizantes (exemplos: União Europeia, Japão e Coreia do Sul).

como?

- Adotar os valores de sustentabilidade e cidadania como fundamento para liderar as negociações do Mercosul de maneira mais concreta, a fim de que os avanços possam ser mais claros e que o desenvolvimento possa gerar benefícios a todas as partes.
- Fomentar o comércio internacional mais livre, mais justo e mais sustentável, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Adotar uma política externa que incorpore o conceito de limites planetários, ambientais e sociais.
- Resgatar os valores que costumavam definir a identidade internacional brasileira, tais como a cooperação e a liderança nas negociações.
- Incorporar aspectos que premiem a sustentabilidade na negociação de acordos comerciais internacionais.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

3

Assegurar a legitimidade e as bases democráticas da política externa, por meio da criação de mecanismos que garantam a consulta pública à sociedade sobre as principais questões de política externa e assegurem a transparência nas decisões.

Apesar dos avanços nas regras internacionais desde o fim da Guerra Fria, os mecanismos de governança global existentes ainda são insuficientes. Grande parte dos problemas enfrentados hoje no sistema internacional tem origem na falta de legitimidade de suas instituições. Por isso, é preciso que o Brasil, muitas vezes prejudicado por essas "regras do jogo" desiguais, seja um **veemente defensor da democratização das organizações e regimes internacionais**. Há inúmeros exemplos de distorções que precisam ser corrigidas: pesos desequilibrados dos poderes de voto (como no caso do FMI e do Banco Mundial), existência de poderes de veto sem adequada representação (como no Conselho de Segurança da ONU) e desigualdade no cumprimento de obrigações internacionais (como ocorre com as metas de desarmamento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). Essas instituições, ao serem vistas como pouco legítimas, são pouco respeitadas. Para aumentar

a sua efetividade, portanto, é preciso aprimorá-las e democratizá-las.

A participação brasileira em regimes e instituições internacionais data desde a criação da Liga das Nações, da qual o Brasil foi um dos membros fundadores. **A política externa brasileira deve se caracterizar pela constante busca pela autonomia e pelo desenvolvimento**, e ao longo dos anos, diversas estratégias foram tomadas para esses fins. Em diversos momentos, o Brasil optou por intensificar sua participação em instituições e regimes internacionais como maneira de se projetar internacionalmente.

O Brasil deve, sempre levando em conta os princípios fundamentais de sua política externa e seus objetivos de longo prazo, **avaliar a participação em organizações e regimes internacionais dos quais não faz parte**.

Outro ponto a ser considerado é o insulamento corporativo do Ministério das Relações Exteriores (MRE). No Brasil, pensa-se que o ministro das Relações Exteriores deve ser um diplomata. A prática em países democráticos não é assim, porque nestes existe um corpo técnico especializado para tratar das questões de política externa, para pensar estratégias de ação e para participar das negociações de maneira efetiva e enfática.

O fato do ministro do MRE ser um diplomata traz ao contexto a reprodução dos interesses organizacionais corporativos da organização, ou seja, ter um diplomata como ministro não é sinal de neutralidade, tampouco de democracia. O isolamento burocrático corporativo pode reproduzir a proteção de interesses e manutenção de privilégios.

Essa situação precisa ser modificada para que haja aumento efetivo da transparência. Isso deve ser feito num processo consistente, real, com maior participação do Congresso.

4

Compreender em profundidade a dinâmica da globalização na última década, incluída a formação das cadeias globais de valor e a importância de inserir o Brasil nessas cadeias (relevância de o Brasil participar de acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio com cláusulas descarbonizantes e sustentabilistas).

A revolução tecnológica dos anos 90, com a ampliação do uso da internet e as melhorias dos transportes e das telecomunicações, afetou profundamente a forma de organização da sociedade e, principalmente, a forma de organização das empresas.

Nas primeiras décadas do século XX, a produção era verticalizada e concentrava seus recursos financeiros e humanos nos países de origem, devido às dificuldades de deslocamento e descentralização dos mercados internacionais. Após a década de 1980, com o surgimento de sistemas como o Just-in-Time, as empresas começaram a horizontalizar a sua produção e comprar produtos e insumos nos locais onde são obtidos de forma mais eficiente e barata. Estas são as cadeias globais de valor. Os países aproveitam suas vantagens comparativas e as cadeias produtivas globais, que levam as empresas a aproveitarem as facilidades existentes em termos de regulamentação, de mobilidade e acesso aos bens de produção e consumo para o comércio internacional.

As mudanças no sistema de comércio internacional demandam uma nova compreensão. A produção é, atualmente, mundial e globalizada. O país que não participa desse processo perde produtividade e, por conseguinte, competitividade. Este movimento de integração deve ser feito da forma mais eficiente em termos sustentabilidade.

O novo modelo tem reflexos no surgimento de preços globais, no crescimento intrafirmas, no comércio intrafirmas. Nesse contexto, tanto o investimento externo direto quanto o comércio internacional contam com uma ampla rede de acordos internacionais. Nesse sentido, há, ainda, uma globalização jurídica acontecendo. Ao ignorar esta globalização jurídica, o Brasil pode estar ficando para trás.

Para participar das cadeias produtivas de valor, no âmbito internacional, precisa-se de garantia de que os investimentos no país serão bem tratados e serão escoados de maneira segura. É necessário suporte para as empresas que visam desenvolver atividades no país. O Investimento Externo Direto (IED) e o comércio internacional contam com ampla rede de sistemas internacionais que o país não participa.

No comércio internacional, o país é marcado por uma baixa inserção. O Brasil apostou em agendas que estão estagnadas, o MERCOSUL e a OMC.

O resultado disso é que, desde 1991, **o Brasil tem três acordos de livre-comércio, com Israel, Egito e Palestina, dos quais apenas o último está em vigor.** Isso é particularmente perigoso, considerando a onda de acordos liberalizantes dos últimos anos, como a Aliança do Pacífico e o acordo entre União Europeia e EUA. Metade dos acordos de livre-comércio surgiu nos últimos dez anos. Portanto, as empresas brasileiras perdem espaço. Os acordos criam padrões e regras que extrapolam o livre-comércio, ou seja, o país está de fora dos processos que definem essas regras.

Desde 2009, não há nenhum acordo para evitar bitributação. Logo, poucas empresas brasileiras estão integradas ao sistema internacional, mostrando falta de percepção da nova realidade.

O Brasil deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre-

comércio. Para isso, deve se valer dos instrumentos que a globalização jurídica lhe oferece, seja no âmbito multilateral (OMC), seja no âmbito regional (Mercosul). Deve ainda aperfeiçoar seus mecanismos domésticos de combate a práticas desleais e ilegais de comércio, como "dumping", subsídios, contrabando e descaminho, mas sempre de acordo com as regras internacionais. **O livre-comércio, entretanto, não pode ser apoiado quando estimular processos e métodos produtivos baseados na degradação ambiental ou avessos aos compromissos do país relacionados a padrões trabalhistas, expressos nas convenções da Organização Internacional do Trabalho.**

Os direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição e o esforço brasileiro para a criação de uma economia de baixo carbono devem ser defendidos e transformados em vantagens competitivas. **O Brasil deve defender a criação de novas regras sobre esses temas no âmbito da OMC e deve desenhar novos instrumentos de promoção das exportações que valorizem a sustentabilidade de produtos e serviços.**

O grande desafio do Brasil e da comunidade internacional é que os governos compreendam que desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade não podem ser tratados separadamente. O cenário que existe atualmente é de desgovernança mundial da sustentabilidade, onde há um visível descompasso entre as tratativas ambientais para com as demais, apesar do diagnóstico do problema ser compartilhado.

O Brasil deve ter um papel ativo na eliminação das barreiras

5

Advogar firmemente pela proteção dos direitos humanos em todo o mundo, posicionando-se consistentemente nos organismos internacionais independentemente de interesses econômicos ou comerciais.

O Brasil não pode, em nenhuma hipótese, abrir mão da defesa da paz, princípio básico de nossa política externa, como mostra nossa Constituição e tradição. Devemos continuar sendo exemplo do convívio pacífico de diferentes etnias e religiões, procurando refletir e propagar essa experiência em nossas relações internacionais. **O Brasil deve ter uma posição firme na defesa dos direitos humanos.** Nesse sentido, deve adotar, considerando sempre o princípio da não intervenção, uma postura crítica com relação a países que violem esses direitos.

No âmbito brasileiro, algo que marcou profundamente a história brasileira foi o processo de consolidação de suas fronteiras. O convívio pacífico entre etnias e religiões é condição fundamental para o respeito aos direitos humanos e para a manutenção da paz. O respeito a diferentes etnias e religiões deve ser feito, num primeiro momento, em torno de questões simples ou referente a liberdades negativas. A priori, o objetivo deveria ser a formação de um consenso sobre tudo aquilo que as sociedades concordam que não deve acontecer.

Obviamente que tal consenso não será fácil, nem que algumas práticas culturais serão suprimidas. Contudo, o relativismo extremo se confunde com omissão, deixando desprotegidos alguns grupos vulneráveis de outras culturas e violando a própria concepção de indivíduo consagrada em diversos regimes internacionais e defendida pela

comunidade internacional, ainda que apenas no plano retórico, em algumas vezes.

Por outro lado, ações afirmativas ou liberdades positivas produzem resultados, na maioria das vezes, prejudiciais aos próprios direitos humanos. Não existe legitimidade para que qualquer cultura reivindique para si própria a função de corrigir outras práticas culturais que não admite em seu interior. Este tipo de reivindicação foi utilizado diversas vezes para justificar atos de violência ou para consecução de fins de política externa.

O panorama não representa que situações degradantes não serão combatidas pela comunidade internacional, mas o regime de direitos humanos deve funcionar de maneira particular no sistema internacional de segurança coletiva.

O Brasil não pode se omitir da responsabilidade de efetivas normas internacionais de direitos humanos em seu próprio território. É esta omissão que está profundamente intrincada na cultura brasileira que impede a ratificação de tratados internacionais do tema na arena política brasileira.

Tal conduta afeta diretamente a posição brasileira no exterior e a perpetuação eterna das injustiças cometidas no país. **A ratificação e aprovação dos tratados pendentes é condição *sine qua non* para a defesa da paz e dos direitos humanos no Brasil.**

Um passo seguinte é o cumprimento desses tratados no Brasil, difundindo-os por toda sociedade. Não é exagero afirmar que se isto acontecer, uma verdadeira revolução estará em curso no país, que nos auxiliará a superar problemas crônicos e seculares. É digno de nota que **o acesso à informação desses tratados e o aumento da participação da população na política externa é condizente com um regime democrático**, criando mais uma instância que, em tese, protegerá os direitos humanos.

O fortalecimento de órgãos internacionais e regionais de direitos humanos deve ser visto como um meio de coordenar expectativas e valores no âmbito internacional para a proteção dos povos.

Conclui-se que a precária defesa dos direitos humanos no Brasil não é compatível com uma democracia. A política dos últimos anos foi de quase permanente apoio ao esvanecimento de sociedades democráticas, como nos casos iraniano ou venezuelano, ao invés de condená-las.

DEMAIS PROPOSTAS

COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

- Levantar os acordos internacionais que interessam ao Brasil e acompanhar o processo de assinatura e ratificação. Tornar a implementação desses acordos mais efetiva e participativa, por meio de ações compartilhadas entre a União, os Estados, Municípios e sociedade civil organizada.
- Avaliar de maneira efetiva os Tratados entre União Europeia e Estados Unidos, bem como a Parceria Transpacífico com a finalidade de buscar subsídios para compreender as tendências da globalização e da sustentabilidade, para que o Brasil tenha condições de participar das cadeias produtivas internacionais.
- Fortalecer a paradiplomacia como instrumento para influenciar a diplomacia, ajudando a superar a tensão existente na temática supranacional e subnacional, e conciliar a diversidade de interesses e necessidades.
- Priorizar o atendimento às demandas por informação, como forma de responder mais efetivamente às tendências da globalização e da sustentabilidade.

LEGITIMIDADE E DEMOCRACIA

- Promover a reforma da ONU de modo que se democratize e amplie órgãos tomadores de decisão como o Conselho de Segurança, para que seja mais inclusivo e justo em sua estrutura.
- Propor a criação de um Conselho de Relações Exteriores ou de Segurança Internacional de composição pluralista, formado por especialistas, acadêmicos ou não com objetivo de incrementar a transparência e eficácia da política externa no Brasil.

SUSTENTABILIDADE

- Advogar pela transição para economias de baixo carbono, nas reuniões de cúpula do G20, fazendo com que a mudança climática seja o objetivo principal do grupo, assim como a governança econômica.
- Promover a aplicação dos princípios e regras do direito internacional do meio ambiente, advogando por uma governança global ampla e plural sobre o tema da sustentabilidade.

PAZ E DIREITOS HUMANOS

- Analisar os instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos que estão pendentes de adesão e verificar a priorização para assinatura e ratificação.
- Cumprir e implementar as decisões e recomendações regionais e internacionais de direitos humanos, dando a devida publicidade aos esforços empregados.

COMÉRCIO MAIS LIVRE, MAIS JUSTO E MAIS SUSTENTÁVEL

- Compreender em profundidade a dinâmica da globalização na última década, incluída a formação das cadeias globais de valor e a importância de inserir o Brasil nessas cadeias (relevância do Brasil participar em acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio com cláusulas descarbonizantes e sustentabilistas).
- Adotar os valores de sustentabilidade e cidadania como fundamento para liderar as negociações do MERCOSUL de maneira mais concreta, a fim de que os avanços possam ser mais claros e que o desenvolvimento possa gerar benefícios a todas as partes.
- Fomentar o comércio internacional mais livre, mais justo e mais sustentável, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Adotar uma política externa que incorpore o conceito de limites planetários, ambientais e sociais.
- Resgatar os valores que costumavam definir a identidade internacional brasileira, tais como a cooperação e a liderança nas negociações.
- Incorporar aspectos que premiem a sustentabilidade na negociação de acordos comerciais internacionais.

A missão, visão e objetivo geral do Instituto Democracia e Sustentabilidade estão refletidos em um conjunto de diretrizes e propostas organizadas na “Plataforma Brasil Democrático e Sustentável” <www.idsbrasil.net>, um canal de participação, agregação e valorização de iniciativas para a construção de uma nova visão de Brasil sob o prisma da democracia e da sustentabilidade.

A partir de sua primeira versão, disponibilizada pelo IDS em 2011, a Plataforma passou por intenso processo de revisão, aprofundamento e detalhamento, por meio de sistemas virtuais (intranet, chats, redes de discussão), pesquisas, entrevistas com especialistas, mesas de diálogos, rodas de conversa aberta a convidados e seminários abertos ao público.

Neste documento final, apresentamos cinco **Propostas Prioritárias** para cada eixo e as **Propostas de Prioridade Máxima** – um conjunto de 15 propostas que traduzem a essência da Plataforma e foram consideradas, na atual conjuntura nacional, as que possuem maior potencial de contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado na democracia e na sustentabilidade, e, finalmente, as demais propostas da Plataforma recolhidas ao longo do processo.

Todas as informações reunidas durante esse trabalho estão sistematizadas e disponíveis para download gratuito no site do IDS <www.idsbrasil.net>, incluindo documentos e suas referências, imagens, gravações e diversos vídeos com entrevistas e análises de vários colaboradores.